INSTRUÇÃO
PARA O GOVERNO
DA CAPITANIA
DE MINAS GERAIS
José João Teixeira Coelho

DISCURSO HISTÓRICO
E POLÍTICO
SOBRE A SUBLEVAÇÃO
QUE NAS MINAS HOUVE
NO ANO DE 1720

BREVE DESCRIÇÃO
GEOGRÁFICA, FÍSICA
E POLÍTICA DA CAPITANIA
DE MINAS GERAIS
Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos

MEMÓRIA
SOBRE A CAPITANIA
DAS MINAS GERAIS:
SEU TERRITÓRIO, CLIMA
E PRODUÇÕES METÁLICAS
José Vieira Couto

GEOGRAFIA HISTÓRICA
DA CAPITANIA
DE MINAS GERAIS
José Joaquim da Rocha

EXPLORING AND TRAVELLING
THREE THOUSAND MILES
THROUGH BRAZIL:
FROM RIO DE JANEIRO
TO MARANHÃO
James W. Wells

MEMÓRIA SOBRE A CAPITANIA DAS MINAS GERAIS; SEU TERRITÓRIO, CLIMA E PRODUÇÕES METÁLICAS

JOSÉ VIEIRA COUTO

Estudo Crítico

JÚNIA FERREIRA FURTADO

MEMÓRIA SOBRE A CAPITANIA DAS MINAS GERAIS; SEU TERRITÓRIO, CLIMA E PRODUÇÕES METÁLICAS

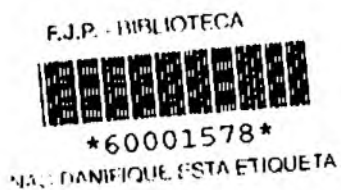
JOSÉ VIEIRA COUTO

MEMÓRIA SOBRE A CAPITANIA DAS MINAS GERAIS; SEU TERRITÓRIO, CLIMA E PRODUÇÕES METÁLICAS

JOSÉ VIEIRA COUTO

Estudo Crítico
Transcrição e pesquisa histórica
JÚNIA FERREIRA FURTADO

Sistema Estadual de Planejamento
Fundação João Pinheiro
Centro de Estudos Históricos e Culturais

Belo Horizonte
1994

Couto, José Vieira

Memória sobre a Capitania das Minas Gerais; seu território, clima e produções metálicas. Estudo crítico, transcrição e pesquisa histórica por Júnia Ferreira Furtado. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994.

104p. (Coleção Mineiriana. Série Clássicos).

CDU 981.51

Coleção
MINEIRIANA

Coordenação Editorial
ELEONORA SANTA ROSA

Idealização
BERNARDO MATA MACHADO
JÚLIO BARBOSA

Produção Executiva
ROSELI RAQUEL A. FREIRE DOS SANTOS

Programação Gráfica
SÉRGIO LUS

Logomarca
MÁRCIA BRITTO

Revisão
MARIA DO CARMO BRANDÃO

Digitação
ELEN JACQUELINE M. PARREIRAS

Apoio Operacional
JOSÉ RONALDO DOS SANTOS
LUZIA OLIVA
MAURO PESSOA

AGRADECIMENTOS

Para a confecção deste trabalho, pude contar com o auxílio de pessoas a quem gostaria de expressar meus agradecimentos.

A digitação do texto de José Vieira Couto e o glossário foram feitos pela mestranda em História do Departamento da UFMG, Carla Simone Chamon.

A parte mineralógica do glossário foi elaborada pelo Dr. João Henrique Grossi, geólogo da Geosol.

A primeira revisão do meu texto crítico ficou a cargo de Antônio Oliveira Lins.

SUMÁRIO

ESTUDO CRÍTICO
Júnia Ferreira Furtado 13

MEMÓRIA SOBRE A CAPITANIA DAS MINAS GERAIS;
SEU TERRITÓRIO, CLIMA E PRODUÇÕES METÁLICAS
José Vieira Couto 51

GLOSSÁRIO 93

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 99

ESTUDO CRÍTICO

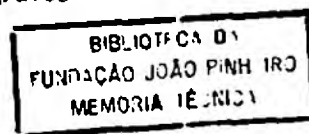
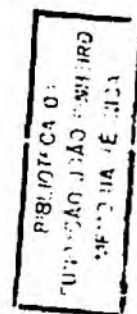
Júnia Ferreira Furtado

O reformismo ilustrado

texto de José Vieira Couto, *Memória sobre a Capitania das Minas Gerais: seu território, clima e produções metálicas*, que o Centro de Estudos Históricos e Culturais da Fundação João Pinheiro ora publica, se insere num contexto mundial mais amplo, marcado por profundas mudanças.

A partir da segunda metade do século XVIII, o Iluminismo se difundia na Europa. Movimento intelectual de grande alcance, tinha, como princípio básico, o uso da razão para a compreensão da natureza e da sociedade. Na França, os filósofos iluministas dirigiram a sua crítica ao Antigo Regime e deram suporte intelectual à Revolução Francesa, ao defender uma nova ordem assentada na liberdade, na igualdade jurídica, na competição e na razão, entre outros.

Também neste mesmo período, mais especificamente no último quartel do século, eram evidentes os sinais de decadência da economia do ouro em Minas Gerais. O ano de 1763 foi uma marco da crise que se anunciava: pela última vez, foi completada a cota de cem arrobas anuais. A consciência desta crise atingia os dois lados do Atlântico. Os colonos não se cansavam de denunciar a pobreza a que se achavam submetidos, sintoma imediato da escassez do metal. A Coroa se insatisfazia com a queda na arrecadação e conseqüentemente, com o lucro da empresa colonial.

Em Portugal, o Iluminismo foi marcado por inúmeras especificidades. O movimento de racionalização do mundo foi usado, prioritariamente, não no seu sentido revolucionário, mas como forma de encontrar soluções para os graves

problemas econômicos em que a nação estava mergulhada, além das alternativas para a exploração do mundo colonial, entre outros motivos, devida à situação de crise por que passava a mineração do ouro. O *Iluminismo*, ao contrário da França, foi ali colocado a serviço da máquina do Estado e de sua empresa colonial, por isto mesmo o seu caráter contraditório, levando-o à denominação de Despotismo Esclarecido, como ficou conhecido.

O primeiro marco desta simbiose sucedeu com a ascensão de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, em 1750, como Secretário de Negócios Estrangeiros e da Guerra, cargo central dentro do governo português, responsável pela elaboração das diretrizes gerais de toda a política metropolitana e colonial. Braço direito do Rei José I, Pombal buscava fortalecer o Estado ao impor mudanças de cima para baixo e atacar as duas forças que se opunham à finalização da tarefa de centralização do Reino - os jesuítas e a nobreza. (NOVAIS,1979, p.223.)

Entre outras realizações, Pombal formulou uma nova política colonial que, por um lado, era impregnada do espírito racional, tentando criar uma administração mais rígida e profissionalizada; por outro lado, contraditoriamente, buscava o reforço do exclusivo colonial, demonstrado na criação das Companhias de Comércio e na recuperação da exploração das drogas do sertão, ao expulsar os jesuítas do Brasil. Assim, readquiriu o controle do estado sobre as riquezas coloniais e procurou modernizar a máquina administrativa, principalmente pela cooptação da elite colonial para os cargos. Neste sentido, em Portugal, o Iluminismo significou, ao mesmo tempo, o reforço da política mercantilista e dos laços coloniais.

A partir de 1777, Portugal sofreu intensamente a influência da *Ilustração*, num movimento **mais** reformista que revolucionário. Com a morte de Dom José I e a coroação de D. Maria I, subiu ao cargo de secretário, Martinho de Mello e Castro, que ocupou-se em dar nova orientação às políticas do Reino e em corrigir as distorções geradas pelo sistema pombalino. Neste momento, a burguesia metropolitana buscava recuperar o controle sobre a Colônia e afastar as elites coloniais dos privilégios alcançados no mesmo período. A isto se intensificava a consciência da crise da mineração, o que diminuía a arrecadação, provocando apreensões na Corte.

A *Academia Real de Ciências*, fundada em Portugal em 1779, foi o princi-

pal veículo de entrada da *Ilustração* no Reino e de sua adaptação aos interesses portugueses. Pelo estímulo direto à pesquisa ou muitas vezes por influência indireta, os intelectuais portugueses e, inclusive, alguns brasileiros fizeram ampla avaliação econômica do Reino e de suas Colônias de além-mar. Muitas vezes, por encomenda direta da Coroa pela Secretaria de Negócios, estes estudos buscavam diagnosticar o atraso português em relação às outras nações européias que se industrializavam e, no caso do Brasil, encontrar o porquê e as alternativas à crise de sua principal riqueza - o ouro. Neste esforço, inúmeros cientistas foram enviados do Reino, designados pela Coroa, para percorrer o território brasileiro e, através de relatos exaustivos, comunicar o que viram. Missões com especialistas portugueses e estrangeiros chegaram a participar dessa empreitada.

Para o estado português, o conhecimento pormenorizado da Colônia era vital para o empreendimento das reformas necessárias à adaptação do sistema. O domínio destas informações consistia, antes de mais nada, na expressão de seu poder. À maior centralização do poder monárquico, concretizada a partir de Pombal, correspondia a crescente necessidade de apreensão mais exata do Reino e da Colônia: *conhecer para poder decidir.*

Este esforço de compreensão da realidade, sob o signo da razão e da utilidade, foi profícuo e resultou em inúmeros estudos, com conteúdo bastante amplo, geralmente intitulados *Memórias Econômicas*, as quais descreviam minuciosamente o Reino e o Brasil, suas condições naturais, econômicas, climáticas, geográficas, sociais, entre outras. No caso das Colônias, a questão era mais contraditória ainda, pois se o *Iluminismo* defendia a liberdade, a sua leitura por parte do homem da Colônia serviria à defesa intransigente da independência, tal qual ocorria nos Estados Unidos. Mas, em Portugal e no Brasil, as coisas nem sempre ocorreram assim; os iluministas lusitanos, a serviço do Estado e mesmo alguns brasileiros, preocuparam-se mais em esboçar uma série de reformas, que preservavam o Pacto Colonial e buscavam a possibilidade de articular os interesses metropolitanos e coloniais.

Segundo Laura de Mello e Souza (MELLO E SOUZA, 1982, p.35-40), a tomada de consciência por parte da Coroa, pelos iluministas luso-brasileiros e pela elite colonial, da existência da crise do ouro e da necessidade de reverter o estado de decadência em que se encontrava a Capitania de Minas, se deu sob quatro formas.

Primeiro, do lado do poder acreditava-se firmemente na explicação do extravio como a causa preponderante da diminuição da arrecadação. Extravios esses, que ocorriam em todas as etapas da exploração das riquezas coloniais, desde os produtores, escravos e seus senhores, no momento da extração; passando pelos intermediários, constituíam-se principalmente de mascates, cobradores de dívidas e comboleiros;[1] por suas atividades, circulavam intensamente pela Capitania, com a conivência e mesmo participação ativa das autoridades civis e militares e, finalmente, nos portos, com a participação de tripulantes dos navios e suas conexões finais no Reino.

Alvo constante das medidas repressivas das autoridades metropolitanas, o combate aos extravios era intenso, mas sempre difícil de ser realizado com precisão.[2] Durante todo o período colonial, esta foi uma preocupação da Coroa e, com a ascensão de Martinho de Mello e Castro, procurou-se estabelecer uma política mais efetiva de repressão aos descaminhos e ao contrabando. Nas Minas, os governos de Rodrigo José de Menezes (1780-1782) e Luís da Cunha Menezes (1783-1788) constituíram as primeiras manifestações desta nova orientação metropolitana.

Mas foi mesmo no governo do Visconde de Barbacena (1788-1796), que uma ampla reforma foi intentada, minuciosamente descrita nos cento e vinte e três parágrafos e vinte anexos explicativos das instruções que o novo Governador trazia para as Minas. Era expressão direta dos ideais reformistas e iluministas dos portugueses: ao mesmo tempo em que buscava maior racionalização da administração, por exemplo, pela maior autonomia do judiciário, reforma do sistema fiscal e revogação dos antigos contratos cedidos a particulares; por outro lado, reforçava os laços mercantilistas, exigindo o pagamento dos impostos e dívidas atrasados e afastando grande parte da elite local dos postos, que confortavelmente lhes atribuíam inúmeros privilégios (MAXWELL, 1978, p.126-133.)

Em grande parte das memórias econômicas, o extravio deixava de ser a causa principal da decadência; os iluministas luso-brasileiros se debruçavam

[1] Comboleiros - comerciantes de escravos.

[2] É interessante observar que a documentação colonial faz uma distinção entre o extraviador e o garimpeiro. Sendo o primeiro aquele que, tendo uma atividade regular lícita, foi pego evadindo ouro, pedras preciosas ou impostos; o segundo se refere àqueles homens que fazem da extração clandestina seu modo de vida, colocando-se como marginais ao sistema e vivendo fora do convívio social regular.

sobre a inadequação dos métodos de extração do metal sobre o desconhecimento dos mineiros, despreparados para o uso das modernas técnicas de extração do minério; quanto à necessidade de abertura de outras alternativas econômicas para a região, especialmente a metalurgia do ferro, a fabricação da pólvora com a exploração das salitreiras e outras atividades foram possíveis de ser realizadas. Flexibilizava-se, assim, o sistema mercantilista ortodoxo, que, entre outras coisas, defendia a máxima restrição das atividades manufatureiras na Colônia.

Outro viés explicativo, advindo também com os iluministas - muitas vezes conjugado à explicação acima - era o de que a riqueza, provinda da mineração, na realidade era sempre ilusória (do mesmo modo que vinha fácil ia fácil). O minerador jogava com a sorte, com o acaso e não com o trabalho regular, este mais identificado com a agricultura, fonte de toda a riqueza. Esta interpretação, de origem fisiocrata,[3] encontrava eco nos estudos sobre a situação da agricultura no Reino e na Colônia mais as formas de animá-la.

Por último, no seio de parte dos colonos, premidos pela miséria que grassava nas Minas à medida que o século avançava, começou-se vislumbrar a constatação de que *pobreza* e *decadência* estavam diretamente ligadas ao grau de exploração intentada pela metrópole - era a porta aberta para a contestação. A posterior elaboração desta equação levou ao despertar de um sentimento revolucionário, mais condizente com a matriz iluminista francesa, que responsabilizava a dependência colonial por todos seus infortúnios, tal qual apareceu na Inconfidência Mineira e Baiana.

Em 1795, com a morte de Mello e Castro, a política colonial foi novamente reformulada, agora sob a batuta de Luís Pinto de Souza Coutinho. Premido pela conjuntura de instabilidade que caracterizou o último quartel do século, o novo Ministro acelerou a opção pela reforma esclarecida, com a cooptação da elite colonial. A Inconfidência Mineira e Baiana, a Revolução Francesa e a Revolta dos Escravos no Haiti mostravam que a via revolucionária de cunho iluminista cada vez mais se revigorava. A crise econômica dos dois lados do Atlântico forçava Portugal a se modernizar e a readaptar a condição colonial às novas necessidades.

[3] Fisiocracia - corrente dentro do Iluminismo, que defendia que a terra era a única fonte de riqueza e somente o trabalho daí originado poderia gerar acumulação.

Para viabilizar um audacioso plano de reformas, Luís Pinto de Souza Coutinho subdividiu sua pasta e convidou D.Rodrigo de Souza Coutinho para ocupar um novo cargo então criado exclusivamente para os negócios coloniais. Aberto à *Ilustração*, discípulo de Pombal e consciente da fragilidade dos laços que ligavam o Brasil a Portugal neste momento, D. Rodrigo tratou de escutar a voz dos colonos, a fim de aplacar o nacionalismo insurgente. Consultou as Câmaras sobre suas necessidades, colocou colonos em postos de comando e designou uma série de cientistas brasileiros para efetuarem estudos profundos das diversas áreas e atividades econômicas da Colônia. Procurava, com isto, diminuir as tensões que se avolumavam e encorajar os colonos a desistirem da via revolucionária, acenando com a possibilidade de repartir os lucros coloniais. A Bahia, o Rio de Janeiro e, especialmente, as Minas eram objeto de seu interesse.

O naturalista Vieira Couto

Foi no intuito de conhecer a Colônia, para fornecer subsídios às reformas e procurar cooptar a elite local por seus intelectuais que, em 1799, a Rainha D. Maria I, por iniciativa de sua Secretaria dos Negócios Coloniais, designou, entre outros brasileiros, José Vieira Couto, naturalista, mineralogista e médico formado em Matemática e Filosofia em Coimbra, para percorrer a Comarca do Serro do Frio, localizada no norte da Capitania das Minas[4] e, segundo suas próprias palavras, "dar uma exata relação dos metais desta comarca e dos interesses régios que dos mesmos se poderiam esperar" (COUTO,1799, f.2). O texto de Vieira Couto, como era usual, não se restringia às questões mineralógicas, mas elaborava um amplo e sistemático levantamento geográfico, relatando a paisagem, o relevo, o clima, o homem. Descrevia as riquezas minerais, as condições em que se encontrava o seu aproveitamento e esboçava alternativas para seu desenvolvimento.

A *Memória de 1799* confirma sua intimidade com as idéias iluministas, e o estudo das obras que compõem sua biblioteca permitem avaliar sua formação

[4] A Capitania das Minas Gerais se dividia em quatro Comarcas: Vila Rica, Rio das Mortes, Rio das Velhas e Serro do Frio. Divisão eclesiástica, dela se aproveitou a Coroa Portuguesa para seu controle administrativo.

humanista. Possuía pelo menos 228 obras em cerca de 601 volumes, o que era bastante significativo para a época. Sua seleção de livros era variada e eclética (LEITE.jul/1990, p.23) e, para se ter uma idéia de sua dimensão, cite-se que a maior biblioteca conhecida nas Minas, pertencente ao padre Vieira, um dos ativistas da Inconfidência Mineira, constava de 276 obras, em 563 volumes. Pequena parte ainda se acha preservada em Diamantina, dispersa em bibliotecas locais, mas o maior número das obras que possuía pode ser conhecido por seu inventário, no Arquivo Nacional (nº 417, caixa 1.409, galeria A).

Várias obras que compunham este acervo revelam sua familiaridade com o *movimento iluminista. Possuía seis volumes da obra de Montesquieu; D. Quixote*, obra clássica, na qual Cervantes satirizava o Antigo Regime e os ideais de honra preservados pela cavalaria; os dois volumes críticos de Verney, *Verdadeiro Método de Estudar para ser útil à República e à Igreja;* a edição inglesa da obra de Volney, *The ruines, a survey of the revolutions empires*, que "procura demonstrar que a causa da derrocada das antigas civilizações foi a ignorância em que o povo esteve mantido pela união das religiões com os governos tirânicos e as dificuldades de transmissão do conhecimento"(LEITE,dez./90); Volney foi eleito para os Estados Gerais e depois para a Assembléia Constituinte, durante a Revolução Francesa, quando defendeu a expropriação e venda dos bens da Igreja. Entre outros autores, lá estavam Edward Gibbon, que desencadeou violentos ataques à religião; Horácio e Boileau, e foi leitor do Abade Raynal, citado em sua outra Memória sobre a Capitania, escrita em 1801 (COUTO.1801.f.212). É fato marcante de seu espírito racionalista, a inexistência de obras religiosas, o que era incomum, não constando nem mesmo a Bíblia.

Prosseguia com o livro de Cristóbal Litrán em sua versão castelhana, onde o autor não somente criticava o Absolutismo como as religiões, em especial a católica; a *Encyclopédie ou Dictionnaire Raisonné des Sciences, des Arts et des Métiers*, escrito por uma equipe de filósofos, entre eles d'Alembert; a obra de Genovesi, que defendia os princípios da filosofia moderna, e a importante obra de Erasmo de Roterdã, *Colóquios Familiares*, na qual ele satirizava os costumes de seu tempo, atacava o clero, o Papa e a monarquia. Uma obra pouco conhecida e que constava dentre seus livros, segundo Paulo Gomes Leite (LEITE,dez./1990,p.24-29), era *Recherches Philosophiques sur les Américains*, do holandês Corneille de Pauw. O autor, explorando o massacre dos americanos pelos espanhóis, fazia a apologia

fisiocrática da agricultura em detrimento da mineração e defendia a independência das colônias, ideais extremamente subversivos para a época.

O humanista Vieira Couto dominava várias línguas, como bem indicam seus livros, nos mais variados idiomas, tais quais o latim, o espanhol, o inglês e o francês. Possuidor de uma eclética biblioteca, seus livros cobriam diversos assuntos: medicina, anatomia e cirurgia, para auxiliar a profissão de médico que exercia; química, geografia, física, ciências, botânica, astronomia e matemática, para prover o amplo espectro que interessava a um naturalista; mineralogia e metalurgia - pois era um especialista nesta área - além disso, oratória, dicionários, gramática, método, poesia, literatura, filosofia e história, entre outros, que davam suporte intelectual ao escritor que era.

Nascido no Tejuco, em agosto de 1752 (MENEZES,1978, p.217), Vieira Couto era filho de portugueses, sendo que sua família desfrutava de grande prestígio, compondo a seleta elite tejucana. Formou-se em Matemática e Filosofia pela Universidade de Coimbra, lá obtendo renome, revelado na designação régia, graça obtida por bem poucos brasileiros. Em Coimbra, Vieira Couto teve acesso às idéias iluministas e, sob a influência da Real Academia de Lisboa, colocou seu conhecimento à disposição da Coroa.

Se, por um lado, a *Memória* de 1799 evidencia e reflete o humanista que era, por outro é resultado direto dos embates que aconteciam no Tejuco na época; em todo o texto, transparece a visão da classe dominante local, de que fazia parte.

O distrito diamantino

A história do Tejuco no período colonial é cercada de especificidades, pois a política administrativa portuguesa para a área foi muito variada, já que a Coroa encontrava dificuldades em exercer um controle severo sobre a produção e, conseqüentemente, sobre o preço dos diamantes no mercado europeu.

Em 1731, o Distrito foi demarcado por Rafael Pires Pardinho e estabeleceu-se, dentro da Comarca do Serro do Frio, um quadrilátero que circundava o Arraial do Tejuco, hoje Diamantina, centro administrativo do Distrito e que incluía outros arraiais e povoados como Gouveia, Milho Verde, São Gonçalo, Chapada, Rio Manso, Picada e Pé do Morro. A criação desta área, conhecida

como Demarcação Diamantina, visava o aumento do controle sobre a região. Os limites do Distrito foram constantemente alterados para englobarem os novos achados de diamantes, que ocorriam cada vez mais ao norte da Capitania.

Entre 1734 e 1739, a exploração de diamantes chegou a ser proibida e criou-se uma administração própria, a Intendência dos Diamantes. Quando as lavras foram reabertas, em 1739, passaram a ser monopólio particular de um contratante, que, por concessão privilegiada, comprava o direito de extração do diamante em todo o território demarcado.

Em 1745, na tentativa de controlar o fluxo populacional que para ali se dirigia, a Coroa resolveu impedir o livre acesso às terras diamantinas. Fechado o Distrito, este acesso passou a se dar apenas nos registros então determinados (Caeté-Mirim, Rabelo, Palheiro, Pé-do-Morro, Inhacica e Paraúna), onde se passavam bilhetes e se cobravam os direitos de entrada sobre o comércio dos diversos gêneros, inclusive escravos.

Em 1771, a Coroa resolveu assumir a própria extração e comercialização das pedras; durante as reformas pombalinas, o diamante foi declarado monopólio régio. Para explorá-lo, foi criada a Real Extração, administrada pela Junta ou Intendência dos Diamantes, composta de um Intendente, um Fiscal e três Caixas. O Regimento Diamantino foi editado em agosto, nele estando disposta toda a legislação relativa à área e ficando conhecido entre a população como **O Livro da Capa Verde** (o exemplar que chegou ao Tejuco e ficava na Intendência era encapado em marroquim verde).

A população diamantina soube se reorganizar dentro dos princípios da nova administração, apesar de ter sido afastada da exploração direta das lavras diamantinas, encontrando formas de sobrevivência e mesmo de enriquecimento. O arraial prosperou, e parte da população passou a viver dos cargos administrativos ou do aluguel de escravos para a Real Extração, o mesmo rendendo juros de 16% ao ano. Evidentemente, as vantagens conseguidas não foram usufruídas igualmente por todos. Farta documentação atesta que era incontável o número de pessoas que viviam às custas da Real Extração dos Diamantes. Entre os membros da camada dominante, vários trabalhavam para ela, ou pelo menos tinham *um parente próximo usufruindo de cargos e vantagens. Era comum o ocupante* de um cargo mais elevado, pessoa de prestígio, conseguir lugar para seus parentes, amigos e protegidos (FURTADO, 1991).

Trabalhar para a Real Extração trazia muitos privilégios, como, por exemplo, o direito à dispensa do recrutamento obrigatório para as Companhias, o que gerava horror em toda a Capitania e, inclusive, o direito a uma quota fixa de escravos empregados pela Intendência, variando o número de acordo com o cargo.

Determinados cargos foram ocupados - por quase um século -, por poucas famílias que se revezavam, apesar das mudanças políticas operadas. A família Vieira Couto, cuja vida esteve intimamente ligada à Administração, foi um dos exemplos. Afastada em algumas conjunturas da administração, ela se via privada do acesso aos cargos, vantagens e promoções. Nestes momentos, seus membros não hesitavam em recorrer à Coroa, a fim de obter de volta seus privilégios.

Por volta de 1780, vários de seus integrantes ocupavam importantes postos na Capitania e, mais especificamente, na Demarcação. Em 1784, um irmão de José Vieira Couto, o Cadete Antônio Vieira Couto era o Comandante da escolta que levava a remessa anual dos diamantes, da Real Extração para o Rio de Janeiro.[5] No ano seguinte, seu outro irmão, o também Cadete Joaquim José Vieira Couto escoltou o dinheiro do pagamento das contas da Real Extração que a Junta da Real Fazenda mandava para o Tejuco.[6] A 10 de outubro de 1800, Manoel Vieira Couto, requerendo o pagamento dos soldos atrasados de seu irmão Joaquim José, então em Lisboa, solicitou o lugar de Tesoureiro Deputado da Junta da Real Fazenda da Capitania de Minas Gerais.[7] No mesmo mês, Antônio Vieira Couto, que já servira nos Destacamentos Diamantinos e se encontrava no momento como ajudante de Milícias em Mariana, pediu sua promoção a Sargento-Mor ou de Milícias.[8] No ano seguinte, ainda em Lisboa, o próprio José Joaquim requereu diretamente à Sua Majestade a concessão de uma lavra de ouro dentro do Distrito, num lugar chamado Morrinhos, alegando que seus escravos, já acostumados à mineração, estavam ociosos.[9]

Em 1802, o Governador Bernardo José de Lorena escreveu ao Sr. Visconde de Anadia, informando dos prêmios que este pretendia dar aos dois irmãos

[5] APM. SC.242, f. 23.

[6] *Idem*, f.42v.

[7] APM. SC.290, f.232.

[8] *Idem*, f. 236-239.

[9] APM. SC.270, f.67-8.

Vieira Couto, pelos valiosos préstimos à Coroa. A Joaquim José, o posto de Coronel do 1º Regimento da Comarca do Serro do Frio, e ao Dr. José, o lugar de Terceiro Caixa da Administração.[10]

No final do século, a política reformista de Luís Pinto de Souza Coutinho, com a participação das elites locais, era só de promessas. Enquanto isto, os conflitos entre estas e as autoridades locais acirravam. Souza Coutinho sabia da urgência para modificar o sistema que vigorava no Distrito e, em 1795, nomeou Intendente dos diamantes João Inácio do Amaral Silveira, encarregando-o de promover algumas mudanças. Ao invés de resolver as diferenças, estes conflitos, sob sua administração, outra vez açularam. Nesta época, com o mesmo propósito, foi também designado novo Governador para as Minas, Bernardo José de Lorena.

Ao que parece, assim que chegou ao Tejuco, João Inácio começou a nomear novos funcionários de sua confiança para os cargos da Administração, o que o indispôs contra a classe dominante local que já se encastelara no poder e usufruía dos mais diferentes privilégios. O Intendente acusou-os de acobertarem inúmeras atividades ilegais e de usarem seus cargos para contribuir para o extravio de pedras e impostos. Ao contrário de diminuir a oposição entre as esferas metropolitana e colonial, a administração de João Inácio acirrava o ódio da elite local, salientando interesses conflitantes de famílias poderosas no Tejuco. João Amaral da Silveira protegeu umas em detrimento de outras; afastando-as temporariamente do poder elas passaram a lhe fazer oposição, recorrendo até à Coroa. Este conflito se evidenciou com a família Vieira Couto, tenazmente perseguida, e acabou se tornando símbolo da luta contra o Intendente. Afastado João Inácio, a família tratou de se reencastelar na administração, reivindicando cargos, patentes e soldos.

No ano de 1799, o conflito era tão evidente que vários moradores da Demarcação, entre eles todos os Vieira Couto, redigiram uma petição à Rainha, solicitando o afastamento do Intendente, acusado por eles de parcial, injusto e tirânico e a revogação do Regimento. Enviaram Joaquim José Vieira Couto à Lisboa, como seu legítimo representante, para que junto ao Conselho Ultramarino, apressasse a tramitação do processo. Neste documento, o Intendente, entre

[10] APM. SC.276, f. 105-106

outras coisas, *foi acusado de perseguir seu irmão Manoel Vieira Couto*, despejando-o de suas terras para fora da Demarcação.

Apesar de inserirem na petição que todos sofriam indistintamente os desmandos do Intendente, apelidado *Cabeça de Ferro*, "o pobre escravo sem liberdade,(...) condenado à galés:[11] o contrabandista e o bom feitor, que servia bem à V. Majᵉ. e que deixa o serviço já cansado, têm ambos igualmᵗᵉ a pena de expatriação".[12] Na verdade, lutando por seus interesses específicos, deixavam bem claro em seus argumentos: "os primeiros lugares desta Administração são tirados aos seus donos e dados a outros, como em recompensa de suas humildes escravidões e condescendências, administradores e feitores beneméritos são expulsos e em seus lugares admitidos gente nova, crianças e sem experiência".[13]

O discurso contra o autoritarismo, bem como as críticas à execução do Regimento e à atuação do Intendente, além da excessiva concentração de poderes, certamente unificavam toda a população, sem corresponder à principal preocupação de quem encabeçou a petição e se autointitulava "principais moradores do Tejuco, da Vª. do Príncipe e lugares circunvizinhos, por nós, por todo o povo miúdo".[14] Estes estavam muito mais preocupados em defender os cargos e privilégios com que a nova administração vinha ameaçando, do que defender a miséria e a pobreza que sempre rondaram os segmentos sociais inferiores, as quais, até então, não haviam despertado sua compaixão.

A disputa entre facções da camada dominante, por estes cargos, provocava situação de instabilidade que o Intendente soube aproveitar: "determinando as mesmas ordens da reforma que se conservassem os administradores e feitores mais beneméritos e que melhor pudessem servir; o dito Intendente debaixo da capa da Junta, do modo que fica dito, expulsou e conservou só os que quis, deitando fora muitos homens capazes e conservando outros inferiores e alguns inúteis, (...) para logo passar, como passou, a eleger novos à sua satisfação."[15]

Ao longo de toda a explanação, insistiam no estado de decadência em que

[11] Galés - trabalhos forçados.

[12] Administração Diamantina. *Revista do APM*. Ouro Preto: Imprensa Oficial, p. 149, 1897.

[13] *Idem*.

[14] *Idem*, p.150.

[15] *Idem*, p.176.

se encontrava o Distrito, com uma população reduzida - quase toda desterrada, entravada em todas as atividades de subsistência: "Tejuco, esta nova infeliz terra nos seus últimos estrebuchos de morte, esta terra, onde poucos anos há, que se contavam milhares d'homens e que hoje não perfaz o número de uma centena de pessoas brancas".[16]

Em fevereiro de 1800, como nenhuma providência tinha sido tomada até então, José Joaquim Vieira Couto redigiu nova petição, pedindo "à *VAR* que atendendo ao mal público da despovoação de uma Comarca tão florescente, tão interessante à Coroa e à miséria e desgraça extrema de numerosas famílias errantes, foragidas e enfim banidas por crimes que o ódio tem armados, a quem o desterro e o degredo eqüivale a todos os horrores da morte, se digne deferir ao suplicante, provisoriamente como implora, quando assim restitui cidadãos úteis ao Estado, maridos às esposas desamparadas, pais a filhos mendigos e, enfim, a serenidade e a paz a um povo atormentado e oprimido."[17]

Chegavam a utilizar o argumento de que a própria Real Extração acarretava mais prejuízos do que benefícios aos interesses da Coroa ao provocar instabilidade permanente, desterrando e prendendo inúmeros cidadãos, mesmo os honestos, o que terminava por dificultar também a agricultura. Com isto, o Distrito ia se despovoando, pois os que não eram expulsos, tinham seus interesses tão prejudicados, que abandonavam a região por vontade própria, procurando lugares onde houvesse mais liberdade, onde a lei não fosse tão duramente executada e não desse lugar ao despotismo e a um controle severo sobre a população. Tentava-se passar a idéia de que todos sofriam igualmente o risco da prisão, da expulsão e de outras penalidades, como se no conflito com a administração residisse todo o fundamento da exploração.

Na mesma época em que esta petição e Joaquim José eram enviados ao Reino, José Vieira Couto iniciava suas andanças na Comarca do Serro do Frio, para fazer os exames mineralógicos de que fora encarregado pela Rainha. A partir de 1798, intensa correspondência sobre o Dr. José Vieira Couto foi trocada entre a Capitania e o Reino, pelo fato do Intendente João Inácio do Amaral Silveira ter tentado, de todas as formas, impedir e dificultar seu trabalho, chegando a proibi-lo de entrar na Demarcação.

[16] *Idem*, p.152.

[17] APM, SC.290, f.10.

A 20 de abril de 1789, o Governador Bernardo José de Lorena escreve a D. Rodrigo dando notícia dos primeiros embates entre as duas partes.[18] Como o Regimento Diamantino de 1771 colocava a Intendência dos Diamantes subordinada a uma Administração Diamantina sediada em Lisboa, muitos Intendentes se aproveitavam disto para dificultar a ação dos Governadores da Capitania em sua jurisdição. Desde a decretação do monopólio régio, isto foi causa de inúmeras disputas, geralmente vencidas pelos Governadores, já que na verdade, o Regimento não lhes tirava o poder sobre a área. Aproveitando-se deste argumento, o Intendente achava-se no direito de impedir a entrada de Vieira Couto na Demarcação, alegando que a inspeção mineralógica do Dr. Couto poderia servir de subterfúgio para o extravio de diamantes, fato que ele não poderia admitir. Argumentava que os passaportes dados ao naturalista pelo Governador referiam-se à Comarca do Serro do Frio, não à Demarcação. Com receio de provocar atrito com a Intendência, Bernardo José de Lorena pediu a Lisboa que resolvesse a contenda, anexando as justificativas de ambas as partes.

Em seguida, escreveu ao Intendente, afirmando a ele não ter dúvidas de que tinha recebido as ordens de Sua Majestade e que, apesar de não se falar na Demarcação, certamente que a incluía, por ser a mesma de vital importância para o conhecimento das riquezas minerais da Comarca. Prosseguindo, ele discordava de João Inácio, por querer obrigar o Doutor Couto a transferir sua residência e laboratório para a Vila do Príncipe.[19] Comunicava-lhe também que este tinha o direito de portar instrumentos de minerar, podendo, assim, realizar seu trabalho.[20]

Ao Dr. Couto escreveu, pedindo que este não entrasse no Distrito naquela ocasião, dando preferência a examinar o resto da Comarca, enquanto aguardavam as ordens reais.[21] A Carta Régia chegou finalmente em abril de 1799. D. João, já Príncipe Regente, em termos duros ordenava ao Governador que repreendesse oralmente o Intendente por ter "embaraçado-o com pretextos frívolos, ao invés de ajudá-lo".[22] Em setembro, era D. Rodrigo quem lhe escrevia, adver-

[18] APM, SC.276, f.35v.

[19] APM.SC.277, f.27v.

[20] *Idem*, f.24.

[21] *Idem*, f.27.

[22] APM.SC.269, f.43.

tindo-o para que protegesse o Doutor Couto do Intendente, já que este em muito breve viria a ter sucessor.[23] Finalmente, em outubro, D. Rodrigo escrevia dando notícia da chegada da "excelente Memória" do Dr. Couto e das amostras de minérios por ele enviadas, provando que a Capitania das Minas e em especial o Distrito Diamantino era muito mais rico do que inicialmente se acreditava. Por tão excelente trabalho, o Príncipe Regente o colocava sob sua real proteção.[24]

Na verdade, o texto de Vieira Couto era um libelo contra o Intendente e reforçava a opinião da camada dominante local, já manifestada na petição. Só que, a serviço da Coroa, era mais cauteloso. Avisando que "jamais lançaria eu os olhos de reflexão e crítica sobre as leis soberanas", mas conclamando os mesmos "soberanos interesses, este mesmo zelo e, além disso, o Régio Mandamento", imputava ao Regimento Diamantino e ao grande poder que ele conferia ao Intendente as causas das arbitrariedades, injustiças e mesmo da decadência da região. (COUTO,1799, p.43-44.)

A insistência de Joaquim José, ainda em Portugal, como procurador do povo da Demarcação e a repercussão da *Memória* do Dr. Couto levou a Coroa a designar o Governador para apurar as denúncias. Este se deslocou para o Tejuco para averiguação, repreendeu o Intendente[25] e, por ordem real, acabou suspendendo-o do cargo. Posteriormente julgado em Portugal, foi absolvido, e concluiu-se que cumprira, nada mais nada menos, com as obrigações de seu cargo. O afastamento do Intendente, porém, era somente uma reivindicação imediatista. Já as reformas de fundo, que mexeriam na estrutura da exploração e do poder no Distrito, ainda teriam que esperar.

Reforma ou revolução

Os tempos eram instáveis para D. Rodrigo, mesmo tendo agora mais poder como Ministro e Conselheiro de Estado e Presidente do Erário Régio. Ele se defrontava com grandes oposições, já que suas reformas alteravam privilégios e

[23] APM.SC.287, f.180-186, 195.

[24] APM.SC.269, f.40v.

[25] APM.SC.287.f.63v-64.

monopólios da burguesia metropolitana, que não via com bons olhos o retorno dos colonos a postos de comando e a flexibilização do Pacto Colonial. O Marquês de Anadia, que o substituíra no Ministério dos Domínios Ultramarinos era francamente contra suas opiniões, daí procurando frear suas reformas. A divisão do ministério em dois, mostrava agora ser faca de dois gumes. O Marquês se recusava a obedecer suas ordens, como no caso da nomeação do brasileiro Manoel Ferreira da Câmara Bittencourt, que ele não empossou no cargo de Intendente dos diamantes, até então sempre ocupado por portugueses. Sob a proteção de Anadia, o Intendente de polícia Pina Manique mandou prender Joaquim José e Hypólito da Costa, este último acabando de regressar dos Estados Unidos, em viagem patrocinada por D. Rodrigo.

A reforma da Administração Diamantina acabou se delineando a partir da edição de ampla legislação para toda a área mineradora, o Alvará de 1803, idealizada por D. Rodrigo a partir da minuciosa pesquisa que patrocinara. No espírito de quebra de monopólios e reabertura de possibilidades econômicas para o colono, pela primeira vez a Coroa considerava a possibilidade de revogar o monopólio real sobre os diamantes e a abertura total da exploração do ouro, antes condicionada a um alvará concedido pela Coroa, depois de examinada a lavra pela Junta. Ao contrário do que se previa, entabulou-se uma grande polêmica, não só na Corte, como na própria Demarcação.

As lavras eminentemente auríferas seriam arrematadas em leilão por particulares, e as diamantíferas ficariam reservadas a grandes companhias que deveriam, por conseguinte, ser criadas. Continuava monopolizado pela Coroa todo o comércio mineral.[26]

O novo Governador da Capitania, Pedro Maria Xavier de Ataíde e Mello, aplaudiu a edição do Alvará, considerando-o "em benefício de meus fiéis vassalos e para aumento da riqueza publica".[27] Apesar disto, ele não foi posto imediatamente em vigor, segundo suas próprias palavras, devido às "duvidas em parte nascidas da má inteligência que lhe deram os mineiros, em parte dalgumas disposições que visivelmente contrariam os particulares, assim como os régios interesses".[28]

[26] ARQUIVO NACIONAL. Cód.952, v.46, f.59-65.; APM.SC.292, f.163-203.

[27] APM. SC 294, f.5.

[28] APM. SC.303, f.93.

Do lado dos colonos, um dos grandes problemas que obstruiu sua execução foi a falta de esclarecimento se as antigas lavras auríferas continuariam nas mãos de seus antigos donos ou se seriam novamente arrematadas, resultando em novos gastos, fato que gerou muita apreensão no Tejuco e em toda a Capitania. Outro grande problema foi o numeroso contingente de pessoas que vivia dos jornais de seus escravos empregados na Real Extração e que perderia esta forma de sobrevivência.[29] Além do temor de quem controlaria tais Companhias, já que o capital requerido seria muito volumoso e, provavelmente, seriam constituídas por portugueses ou outros de fora da Demarcação. Neste sentido, a população temia a abertura do Distrito e a entrada maciça de mineradores, disputando com os antigos moradores as lavras recém-abertas.

A revogação do monopólio real não resultava em melhoria imediata para grande parte da população, que já se acostumara a viver às custas da Real Extração e ameaçada de perder a fonte de onde vinham seus ganhos, por estar intimamente ligada a ela. A destruição deste sistema implicava na desorganização de uma sociedade até então de raízes sólidas, não havendo garantia para seus membros encontrarem novas formas tão lucrativas de se manter os privilégios há tanto tempo distribuídos.

A Real Extração se tornara uma grande fonte de empregos para a população. Se o cargo de Intendente fora sempre ocupado por um português, o mesmo não sucedia às centenas de cargos civis e militares, avidamente disputados a cada nova administração.

Em Portugal, a situação era tensa, pois a nova legislação para as Minas destruía privilégios e monopólios da burguesia portuguesa já estabelecidos. Isto era agravado pelas Guerras Napoleônicas, pois o Ministério se dividia entre os que achavam que o apoio português devia ser dado à Inglaterra ou à França. Cônscio da posição estratégica do Brasil, D. Rodrigo procurava modernizá-lo e elevá-lo a uma posição próxima à de Portugal, para criar a infra-estrutura necessária à nova conjuntura e à mudança da Corte, considerada por ele inevitável. Em novembro de 1803, D. Rodrigo se demitiu, quando o Príncipe Regente, indeciso sobre a nova legislação mineira que causava tanta comoção, resolveu consultar o Marquês de Anadia, a esse respeito. Seu inimigo político, D. Rodrigo,

[29] *Idem*, f.94v-96.

sentiu-se traído; o Alvará acabou não sendo posto em vigor e Manoel Ferreira da Câmara não foi empossado Intendente, naquele momento.

O espaço geográfico

O texto de Vieira Couto iniciava-se com uma ampla descrição da Capitania, sua localização, sua divisão administrativa, sua geografia. Cabia, em primeiro lugar, situar o espaço físico, palco da exploração econômica, descrever minuciosamente o território e a delimitação das fronteiras a serem desbravadas.

Logo em seus parágrafos iniciais, o leitor era levado a entrar na Comarca do Serro do Frio e, em seguida, na Demarcação Diamantina, local privilegiado de seus estudos: "na altura de 19 graus, com pouca diferença, o viajante que da Comarca do Sabará se passa para a do Serro, depois de caminhadas poucas léguas, sensivelmente acorda que o terreno debaixo dos seus pés principia mudar-se: de uma terra vermelha, pesada e fértil, que dantes era, ele calca um chão arenoso e coberto de um pedregulho".[30]

A descrição física da região era impressionante. Vieira Couto, não poupando adjetivos, abandonava momentaneamente o estilo frio e racional do cientista e se utilizava das liberdades do poeta, um tejucano a descrever a paisagem onde cresceu. As serras escarpadas, "perpendicularmente talhadas se elevam às nuvens" e mostram uma "perspectiva negra, arrepiada e crespa com mil picos de serra desiguais". Por entre estas serras, "divididos sobre rochas", vários rios, que "umas vezes correm mansos e serenos sobre espaçosas praias, outros se estreitam entre apertadas (...) serras com fragor e ruído". Tais eram, segundo suas próprias palavras, "os maravilhosos fenômenos, que a faustosa natureza expõe em um ponto majestoso e grande".

Já dentro da Demarcação, com o leitor enlevado por esta geografia insólita, Vieira Couto, de volta a seu discurso racional, descrevia minuciosamente seus aspectos físicos: sua hidrografia, formada por três importantes bacias, a do Rio Jequitinhonha, a do Rio Doce e a do São Francisco; o clima ameno e os

[30] A partir daqui, todas as citações foram tiradas do texto transcrito a seguir. COUTO, José Vieira. *Memória sobre a Capitania das Minas Gerais: seu território, clima e produções metálicas*. Biblioteca Nacional, nº 11.933. Microfilme 1.1.5.

ventos. Assim, estava criado o ambiente para introduzir o principal objeto de sua pesquisa, as riquezas minerais que ele ali fora buscar. Com todo o rigor que cabe a um mineralogista, descreveu o ouro, a prata, ferro, cobre, chumbo, estanho, enxofre, caparrosa e nitro, com suas espécies, qualidades e quantidades. Sua memória, acompanhada dos espécimes minerais, provariam definitivamente à Corte a existência de muitos outros minerais, não exclusivamente o diamante, que, se explorados dentro dos mais modernos métodos, trariam riqueza para colonos e colonizadores.

O estado decadente das Minas

Em contraponto à beleza da paisagem e à riqueza do solo, onde proliferavam os metais, Vieira Couto descreveu uma Comarca decadente, em ruínas e por onde alastrava a pobreza: "a classe dos mineiros, na verdade, é a mais indigente; o ouro se faz cada vez mais escasso; os direitos reais dos quintos experimentam uma míngua considerável". Tal estado de decadência era prejudicial a todos e especialmente à Coroa, pois punha em risco sua principal fonte de acumulação.

Segundo ele, a solução encontrada pelos mineiros para a decadência da mineração foi a de buscar refúgio na agricultura. Embora isto não tenha sido capaz de reverter o quadro de crise generalizada, em vista da agricultura ter permanecido praticamente na subsistência, por falta de mercado consumidor. Este deveria constituir-se dos próprios mineradores.

A crise da mineração do ouro era a grande responsável por tal fatalidade e Vieira Couto se estende numa minuciosa análise do estado em que se encontrava sua exploração, para diagnosticar seus males. Segundo ele, os mineiros dividiam-se em dois tipos: os *do rio* e os *dos montes*, lugares estes, onde aparecia o ouro.

Nos rios, o ouro podia ser encontrado em três lugares - a grupiara, o tabuleiro e o veio, cada qual requerendo uma forma específica de exploração. Naquela época, a maior parte do ouro dos leitos dos rios, chamado de aluvião, tinha já se esgotado, pois sendo sua mineração mais fácil, todos trataram de explorá-lo mais rapidamente.

O ouro da grupiara e do tabuleiro eram facilmente retirados por constituírem a parte mais externa do sedimento dos leitos dos rios. Eram mine-

rados utilizando-se basicamente o negro, que, munido de uma bateia, ia jogando o entulho nas margens. O ouro dos tabuleiros requeria um pouco mais de tecnologia, pois era necessário esgotar a água do rio, apesar de sua exploração encontrar muitas dificuldades devida à ignorância dos mineiros e às máquinas que usavam, ultrapassadas.

Para Vieira Couto, mesmo diante das dificuldades e da situação sofrível da mineração dos rios, esta se encontrava em estado razoavelmente adiantado e o ouro ali, se esgotando. O mesmo não acontecia com o ouro dos montes, que requeria tecnologia muito maior para explorá-lo. Estando no fundo da terra, este só poderia ser melhor explorado com a abertura das minas. No entanto, por não disporem desta tecnologia e pelo "horror de se subterrar um homem em uma mina por todo um dia, de se despedir ao nascer do sol da sua brilhante luz e de se guiar pelo fraco clarão de uma candeia, de ouvir estalar a cada instante a montanha sobre sua cabeça e esperar a cada passo a morte", os mineiros abandonaram a exploração das minas. Em seu lugar, inventaram um método de exploração, o qual denominaram *levar um monte a talho aberto*, que consistia em abrir um enorme buraco e expor o veeiro a céu aberto. Logo tinham que abandonar a jazida, pois os veeiros desciam perpendiculares ao centro da terra e era impossível abrir crateras de tal vulto. O resultado era que estava ali, preservada, uma riqueza incalculável do Estado.

Qual a maneira de reverter este quadro? Se a causa principal era a ignorância do mineiro e "o descuido que houve de se instruir em tempo na sua profissão", se "esta preciosa classe de homens é a causa única e ao mesmo tempo mui bastante da decadência atual da mineração", o iluminista Vieira Couto não tinha dúvidas em receitar a instrução como única forma de remediar tal mal.

A arte metalúrgica nacional

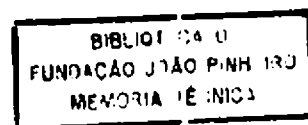
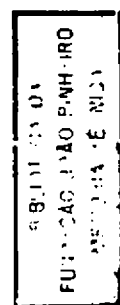
A criação e a difusão de um corpo científico de conhecimentos mineralógicos e metalúrgicos seria indispensável para reanimar a mineração, corrigir o atraso e erradicar o uso de técnicas equivocadas. O desenvolvimento de suas idéias levou Vieira Couto a imputar ao Estado a responsabilidade de prover a infraestrutura básica necessária. O "Estado se deve interessar em que esta classe de

homens seja instruída. Quase todas as nações cultas da Europa têm conhecido quanto cumpre ao Estado que se cultivem e se trabalhem as minas".

Para criar uma doutrina metalúrgica nacional, era necessário inicialmente fazer um livro que reunisse todo o conhecimento atual da mineralogia e da metalurgia. Este livro se dividiria em três partes, primeiro a metalurgia mecânica, "que ensina o método de abrir e trabalhar as minas e deve principiar por dar uma idéia geral da mineralogia", difundindo modernas técnicas de extração dos minérios; segundo a metalurgia pirotécnica, que ensina a preparação dos metais para fusão e as técnicas desta operação, permitindo a criação das siderurgias e, por último, a metalurgia docimástica, que alia conhecimentos de química que permitem determinar a proporção em que os metais entram nos minérios, possibilitando ao minerador conhecer o valor de sua mina.

Para Vieira Couto, só o conhecimento científico e racional, reunido em manuais para o grande público, poderia erradicar o atraso a que a mineração estava reduzida. Por analogia com o corpo humano, o saber era "o remédio mais próprio para suspender o mal que ameaça a este corpo da nossa mineração; remédio fácil, que cura a doença e que dispõe este mesmo corpo enfermo para uma saúde robusta". Mas, ele advertia, tal livro tinha que ser essencialmente prático, porque se o autor se detiver em muitas miudezas, que interessem mais a um homem de ciência, podem confundir "um homem pouco costumado a grandes leituras".

Mas de nada adiantava fazer um manual simplesmente prático, ensinando como repetir as técnicas, tal qual numa receita de bolo, pois o minerador continuaria sem saber o porquê e rapidamente iria abandonar tais procedimentos. O uso da razão era a única maneira de garantir a durabilidade das mudanças, pois os conhecimentos que não "entram [pela vista], entram com muita brevidade (...), tal qual matéria impelida, que move-se sim, porém, que este movimento o recebeu de uma mão estranha".

Um dos grandes problemas da época para a difusão do conhecimento por meio de livros era que grande parte da população era iletrada. Vieira Couto não via isto como um empecilho, pois para ele o conhecimento, como uma luz, tendia a se espalhar e a iluminar a todos. Vejamos suas próprias palavras: "esta obra circulando por entre o povo, aqueles que forem mais atilados e capazes de lição, porão em prática aquilo que alcançaram; os outros, que não lêem e que não

entendem, verão praticar aqueles e deles aprenderão e, por fim, tudo tomará um novo tom, um novo lustre brilhará sobre a mineração portuguesa".

Para Vieira Couto, esta obra deveria não só ser de fácil leitura e acesso ao próprio minerador, como, antes de mais nada, deveria se basear no conhecimento já adquirido em terras brasileiras. Ou seja, uma arte metalúrgica *nacional* deveria levar em consideração as peculiaridades locais, somadas aos conhecimentos teóricos e os adquiridos nas minas dos países mais desenvolvidos, em especial a Alemanha: "a nossa arte metalúrgica (por isso o digo) deve ser nacional, isto é, fundada em experiências feitas sobre as próprias minas e sobre os próprios fundentes do país: isto é grande vantagem". Para tornar isto possível, o autor deste compêndio deveria ser escolhido a risco. Além de sumo mineralógico e físico e de conhecer pessoalmente as minas européias, ele deveria ter grande experiência do território brasileiro.

Animar a mineração

Uma vez diagnosticado o mal e receitado o remédio, era chegada a hora de esboçar um minucioso e ambicioso plano de modernização da região.

Em primeiro lugar, Vieira Couto foi um ardoroso defensor da criação de fundições de ferro. Pois sendo a Capitania, por toda parte, pródiga em minério de ferro, como ele mesmo provou, não havia sentido em fazer o mineiro importar todas as ferramentas, necessárias ao seu trabalho, das fundições da Suécia e da Alemanha e por um preço exorbitante. Isto só podia trazer benefícios à metrópole, pois resultaria no aumento da arrecadação, com a conseqüente reanimação da mineração e revitalização da Capitania. Sendo assim, cabia ao estado português não somente abolir todos os entraves ao surgimento de uma indústria nativa, como ele próprio deveria ser o responsável pela criação de uma primeira siderúrgica nacional. Em consonância com o reformismo ilustrado, ele defendia o abrandamento do exclusivo metropolitano e o incentivo à produção nacional, ou seja, uma política reformista patrocinada pelo próprio Estado.

O diretor desta *primeira fábrica régia* devia reunir os conhecimentos gerais da arte de fundir os metais, conhecer as mais modernas fundições do Reino e dominar as peculiaridades das jazidas locais. Este conhecimento "se recolherá

a Portugal constitu[i]ndo um verdadeiro tesouro para o Estado".

Em seguida, Vieira Couto apontava dois grandes males que dificultavam o desenvolvimento da produção colonial: o excesso de dias santos e a derrubada indiscriminada das matas. Sem o saber, o naturalista tocava em problemas hoje bastante atuais.

Os dias santos, "que a Igreja consagrou à oração e ao ócio", eram especialmente prejudiciais à mineração, tendo em vista que esta atividade já era restrita ao período das secas. Ao invés de serem consagrados exclusivamente a Deus, era nestes dias que se cometiam os assassinatos e as desordens, quando os escravos se aproveitavam para fugir e, "enfim, um destes dias arrasta sempre consigo outros dias perdidos".

Vieira Couto descreveu o ritual das queimadas, já utilizado desde os primórdios da colonização, causa da decadência da agricultura, da escassez de madeira para as construções e de lenha para os fogões. Atestou que, ao redor de todos os povoados mineiros, não existiam mais as matas, substituídas por campos cobertos de tocos e espinhos, e que nestes locais o preço da madeira já era então tão alto quanto em Lisboa, e no Tejuco, já era preciso buscar a madeira a dez léguas de distância.

Dentro do ideal fisiocrático, chamou a atenção para a necessidade da agricultura, como maneira de fixar o homem à terra. Da importância da diversificação dos cultivos, principalmente o trigo, pois as culturas se achavam reduzidas ao milho, feijão, arroz e mandioca, porquanto "quem não conserva apego nem amor ao território que cultiva, conhece muito bem que ele talvez não chegará a seus filhos; a terra da sua parte não se ri para ele, nem o gracioso ondear das louras espigas lhe alegra a vista".

Comércio e desenvolvimento

Neste momento, o discurso de Vieira Couto se torna ufanista. Ele acreditava que, a partir da correção das distorções que ele e outros intelectuais apontaram, era possível a formulação de uma nova política metropolitana para as Minas, que aliasse os interesses de ambas as partes e trouxesse um novo alento para a região, sempre sob a batuta do Estado. O resultado destes novos ares,

onde bafejava a ilustração, seria um novo tempo de progresso e prosperidade: "parece-me que já vejo um novo horizonte, um novo céu: milhares de fornalhas cobrem as planícies, que levantam espessos rolos de fumo às nuvens; os montes já são minados e, por uma boca estreita, vomitam as suas ricas entranhas; o estrondo de mil máquinas fere os meus ouvidos; um povo laborioso (...); os ricos metais, à maneira de um rio caudaloso que cada vez se engrossa mais, vão demandando já, como um mar, o tesouro do Estado".

Três últimas reformas precisavam ser feitas para tornar possível a concretização deste sonho. A abertura de canais de navegação, utilizando o grande potencial fluvial da região, o que permitiria um fluxo mais eficiente e barato de mercadorias para o litoral, facilitando a exportação dos metais e a importação dos gêneros necessários. Num jogo de luz e sombra, Vieira Couto compara o presente marcado pelo atraso a um futuro redentor: "Tudo tomará um *novo vigor*; cultivadores, mineiros, fabricantes de Portugal e as alfândegas e portos secos encherão os cofres do Estado: que tamanhos bens, que novas fontes de *riquezas*! E hoje estes rios só servem de bebedouro a *monstros feios* e dispersos bandos de bárbara gente que habitam suas *sombrias margens*." (Itálico meu.)

A segunda providência dizia respeito ao transporte por terra. Não só as estradas eram poucas, como de tão mal cuidadas, eram intransitáveis aos veículos de rodas, como as carroças. O resultado era que se gastava um tempo precioso no transporte das mercadorias, por caminhos difíceis e tortuosos.

Para facilitar o mesmo transporte, Vieira Couto aconselhava a diversificação dos animais de carga, já que o uso do cavalo havia sido abandonado pela adoção das bestas muares. Como os caminhos eram vastos e as distâncias imensas, propunha a introdução do camelo, "este animal tão útil, este bom e verdadeiro escravo do homem (...), este animal tão sóbrio no seu sustento, tão sofredor da sede", já tentada em outras regiões com sucesso. E a domesticação e adaptação da anta, a exemplo do que fizeram outros povos com o cachorro. Segundo ele, apesar de baixo, este animal reunia excelentes qualidades como a força, a rapidez, a pele dura, patas próprias para subir as serras, além de dotado de espírito flexível.

Interesses régios

Vieira Couto deu grande destaque, em todo o texto, à importância do Estado para a realização das reformas necessárias. Cabia a ele editar o tratado de metalurgia, difundir os conhecimentos mineralógicos e metalúrgicos, modernizar as técnicas de extração, criar a Arte Metalúrgica Nacional, generalizar a abertura de minas, levantar a primeira siderurgia de ferro, abrir os caminhos e canais e, por fim, animar a agricultura e a mineração. Sua ação deveria ser norteada agora para a animação e diversificação da produção e do comércio da Colônia, no sentido de flexibilização do Pacto Colonial e das normas restritivas que o acompanhavam. Ele insistia que tal desenvolvimento não seria mais contrário aos interesses metropolitanos, mas sim a única forma da Coroa voltar a acumular riquezas às custas da Colônia. Seu pensamento enquadrava-se ao reformismo ilustrado português.

A consciência da crise do ouro despertou, no além-mar, a necessidade de reformulação do sistema, e os intelectuais brasileiros, convidados a participar da elaboração das estratégias de ação, salientavam que isto não seria possível sem a conseqüente reanimação das atividades coloniais e introdução das manufaturas, até então proibidas.

Vieira Couto fazia parte daqueles que acreditavam ser possível conciliar os extremos e conjugar os interesses metropolitanos e coloniais. Que, ao primeiro, *não interessava a ruína do segundo, só podendo tirar proveito do seu desenvolvimento*. Para ele, "o erário da nação será também rico e ao contrário é um ente que não existe na natureza: um erário rico e uma nação pobre". Desde o princípio, ao se colocar aos pés do Trono oferecendo os seus serviços, ele deixa claro que, ao fazer isto, está servindo aos interesses da Soberana e de sua Pátria, para ele, inseparáveis. Na carta endereçada à Rainha, que abre a *Memória*, ele afirma que nunca pôde separar os interesses régios dos do povo "e como se poderá jamais separar os interesses entre uma família? Entre o pai e o filho?"

Na contramão da explicação reinol, ele assegurava que fora a extrema ganância do Estado português a causa da proliferação dos extravios, não sendo isto inerente ao mineiro. Se o Estado sentia a diminuição dos impostos, isto era culpa da decadência da mineração, consistindo o aumento dos extravios numa das formas da população resistir à pobreza inevitável. A única forma de aumen-

tar a arrecadação era estimulando a mineração, o que jamais seria possível sem a modificação das formas de tributação e, num primeiro momento, até abrindo mão de qualquer tipo de imposto: "estabelecidas ao depois estas fábricas(...), arraigado o gosto deste gênero de mineração será, então, muito mais fácil acharse um verdadeiro meio de arrecadar estes mesmos direitos". Para Vieira Couto, a decadência era a causa dos extravios e não o contrário, como preferia a metrópole. Conseqüentemente, a única forma de combater o extravio limitava-se a estimular a produção, trazendo de volta a prosperidade.

A memória pelo avesso

O último tema da Memória, o sistema da Real Extração, era o coroamento do raciocínio que ele foi tecendo ao longo do texto: sua crítica era construtiva, pois fora requisitada pela própria Coroa e clamava à reforma e não à revolução, *por ainda se acharem próximas as lembranças da Inconfidência Mineira*, que envolvera parte da elite das Minas.[31]

Como todo o restante da mineração do ouro, a do diamante também entrava em crise pelo mesmo problema, a ignorância. Só que, por ser levada adiante por funcionários reais e não pelo povo em geral, era nestes que residia o mesmo desconhecimento, "pois ela é governada por gente que tem os mesmos e iguais conhecimentos. Parece que até agora o mesmo Ministério tem estado no erro de que a mineração não é uma ciência". Vieira Couto acreditava que somente o conhecimento poderia redimir.

Mas era esta mesma ignorância, além de interesses escusos de outros funcionários reais, que fizeram, em 1771, que o rei editasse o monopólio sobre o diamante, acreditando ser esta a maneira mais eficiente de animar a mineração. Levantando-se contra o exclusivismo metropolitano, Vieira Couto propunha a abertura das lavras aos moradores, principalmente para a extração do ouro, ainda abundante nos rios da região "e desta maneira se evita o odioso privilégio, exclusivo dado só a um com aperreação dos mais".

[31] Alguns autores, como Laura de Mello e Souza, citam a família Vieira Couto como uma das que se envolveram na Inconfidência, no Tejuco. Porém, não encontrei indícios seguros disso, particularmente do Dr. Vieira Couto. Além do mais, o tom reformista de seu discurso nas Memórias é marcante.

Tomando todo o cuidado para não ser confundido com um revolucionário, com alguém que incitava o descumprimento da lei, ele imputava ao Regimento Diamantino de 1771 a causa do estado caótico e da decadência da Demarcação: "Não quero dizer todavia, que esta lei seja despótica, longe de mim tal blasfêmia, sei o contrário e também o sabe qualquer deste povo: do abuso dela, da profanação da lei é que nos lamentamos". Engrossando a voz da camada dominante e de seu procurador em Lisboa, Joaquim José, Vieira Couto tentava mostrar que não se tratava de uma insurreição, mas da ação pacífica dos súditos, que esperavam que seu soberano reconduzisse a situação à sua normalidade. Defendendo o uso do próprio aparato de justiça legal, ele conclamava que "venham a nosso socorro as santas providências das Leis Portuguesas e não padeça o honrado e útil vassalo, somente porque não caiu no agrado do Intendente dos Diamantes".

Vieira Couto tocou somente em dois pontos do Regimento, a proibição da população de ter acesso total às lavras auríferas e o excesso de poder nas mãos do Intendente, podendo expulsar (decretar morte civil) segundo sua vontade, qualquer indivíduo da Demarcação ou mesmo da Capitania. Ele argumentou que uma lei que delegava tantos poderes a um só homem acabava provocando abusos, porque muitos Ministros de Sua Majestade não mereciam o lugar que ocupavam, por serem mesquinhos, temerários e "longe do respeito que influi a proximidade do Trono, na Intendência do Tejuco, entre a qual e o mesmo Trono entremedeam tantas terras e tantos mares(...), que se poderia esperar daqui?"

O resultado de tanto privilégio e de tantos atos de exceção foi a ruína e a decadência. Vieira Couto, dramaticamente usando o jogo de luz e sombra, reforçava a visão da Demarcação que ele, juntamente com a camada dominante, tentava fazer chegar ao Trono e à sensibilidade da Rainha. Essa era a única maneira de influir na reformulação do sistema e de realizar as reformas segundo os princípios do reformismo ilustrado. "A terra se despovoa, o comércio se estanca(...), o escasso povo que resta descontente e, como estúpido, se defin[h]a e a nada se abalança, enquanto mede com os olhos o lugar para onde se retire. Enfim, o despotismo feio, magro e escarnado mostrou a sua hedionda cara entre este povo e o retrato de um pequeno bairro de Constantinopla é o que hoje oferece o Tejuco, espectro do antigo Tejuco, em outro tempo a povoação mais linda de Minas".

A leitura da *Memória* e da petição dos moradores, todas duas escritas em 1799, nos permite tomar duas posições opostas (FURTADO,1993, p.80-94). A pri-

meira, mais fácil e, por isso mesmo, mais cômoda, é de aceitarmos um a um os argumentos dos requerentes e acreditarmos que a Coroa, por sua legislação e administração, conseguiu controlar efetivamente a vida desta população. A outra, mais difícil, nos leva a tomar os dois documentos como parte de um discurso forjado naquele momento entre a camada dominante local e que fazia parte de um processo de memorização, tendo levado ao esquecimento a riqueza e a pluralidade da sociedade diamantina do período. Ao mesmo tempo, situou a Real Extração como o momento exemplar do despotismo e da arbitrariedade do regime colonial.

Os argumentos da petição,[32] copiados em parte a seguir, são idênticos aos levantados por Vieira Couto. Ambos procuram reforçar a idéia de que a edição de uma lei, o Regimento Diamantino de 1771, tornara possível cindir o tempo e dividi-lo em dois períodos diametralmente opostos. À busca de um passado perdido, tempo em que florescia "uma povoação das mais belas de Minas" e de um *presente* - período de "*gemidos sufocados* (...), perseguição, flagelo, e quase aniquilação de todo este território", apontava um futuro redentor, no qual a bondade e a clemência da Rainha trariam de volta a felicidade e assegurariam a paz dos súditos. A lembrança desempenhava aqui um papel essencial. Chamado a socorrer o presente de desordem e confusão, o passado, momento de ordem e bem-estar, permitia a concretização do ideal de permanência e imutabilidade.

A criação de um fato, que periodizava a história, permitiu também fundar uma memória que, homogeneizando o período, distinguia-o de outros. O tempo da lembrança modificava-se ao jogo da memória, de seus mecanismos seletivos, ambíguos e simplificadores. Esta memória de despotismo, impunidade e violência sobreviveu até os dias de hoje. Ela imputou ao Regimento a causa de todos os males e elegeu a Demarcação Diamantina como o local em que a Coroa mais eficientemente baixou o pesado braço da lei e controlou seus habitantes sem exceção, acabando por prejudicar os interesses das camadas mais abastadas e, conseqüentemente, os seus próprios.

Esta lei, que de tão cruel era "capaz de despovoar um mundo inteiro", escreveu sua história a ferro e fogo entre estes infelizes cidadãos e os distinguiu do resto da Colônia, onde, por oposição, a presença da Coroa não deveria se fazer sentir com tal rigor. Mas este não era inerente ao sistema, já que se esperava

[32] REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Op.cit.*, p.141-185.

trouxesse a Rainha de novo a felicidade. Era sim, fruto do desvio de indivíduos isolados que abusavam de seus poderes, "sujeitos pequenos e iguais ao pó da terra diante de V. Maj[e], longe dela - se fazem arrogantes e insolentes Déspotas".

Esta memorização apagou o conflito e a diversidade. O que ficou foi uma visão uniforme do período da Real Extração, onde todos, irmanados, sofriam da mesma forma o arbítrio da lei e da autoridade. Como este ainda não era o momento de questionar o sistema, e sim trazê-lo a uma situação de controle, onde a camada dominante pudesse continuar a realizar sua acumulação, foi preciso criar uma memória de caos em relação ao presente e projetar um porvir melhor. Fruto do choque de interesses entre setores da camada dominante, permitiu, por outro lado, a reestruturação do seu domínio, o reforço e a reordenação do jogo do poder, mais suas formas de controle. Ao mesmo tempo, desviava para a legislação, a culpa de todas as tensões relativas ao próprio exercício da dominação.

Os assinantes, dizendo-se representantes dos interesses da própria Real Fazenda, não queriam ser tomados por revolucionários, mas desejavam uma mudança dentro da ordem e, como corolário, aceitavam um poder coercitivo, desde que este estivesse limitado por regras definidas, não se pautando pela irracionalidade e o descontrole. Eliminando do seu discurso o fato de que esta lei não aplicava critérios universais de igualdade para todos, e até excluísse certas categorias da condição de cidadão (como os escravos), foram capazes de unificar as queixas contra a administração e reduzir todos os conflitos aos estritos limites da lei.

Esta construção definiu os temas e as abordagens historiográficas a partir de então e elegeu as ausências. A especificidade da Real Extração foi dada como incontestável e a inexistência de crítica determinou a edição do regimento de 1771, como o fato que a provocou.

Os viajantes do século XIX foram os primeiros porta-vozes desta visão vencedora. Em contato com membros da camada dominante do Tejuco, acabaram por reproduzir seus argumentos e aceitaram facilmente sua versão, que responsabilizava o Regimento por todas as desgraças.

A historiografia seguiu o mesmo caminho, aceitando tal marco como o divisor entre o período despótico e o anterior, distinguindo o Distrito do resto da Colônia. Com tal procedimento, limitou a compreensão dos mecanismos de poder no período e apontou os agentes que deveriam ser incluídos no processo

histórico, apagando os demais. O processo de constituição da memória liquidou seus adversários, apagando seus vestígios.

Tomemos Caio Prado Jr. como exemplo, citando Vieira Couto: para ele, o Regimento era a "apuração máxima da tirania e terror durante meio século, de todos que, direta ou indiretamente, lhe tocavam (...). Verdadeiro corpo estranho enquistado na Colônia, o Distrito vivia isolado do resto do país, e com uma organização *sui-generis* (...). Havia apenas o Intendente e um corpo submisso de auxiliares, que eram tudo ao mesmo tempo, e que se guiavam unicamente por um Regimento que lhes dava a mais ampla e ilimitada competência" (PRADO... JR.1979,p.181-3.) Vários outros autores se limitaram a descrever os parágrafos do Regimento, as queixas dos moradores e a impressão dos viajantes, perpetuando o processo de memorização de setores da própria camada dominante, iniciado no final do século XVIII. Por isto mesmo, foram incapazes de perceber a complexidade da vida social e econômica que pulsava no Distrito. Acreditaram que a simples edição de uma lei bastasse para que ela fosse efetivamente executada e a elegeram como fato empírico e marco periodizador para a história do Distrito.

Mas os argumentos da camada dominante não podem ser aceitos facilmente, como bem demonstra a petição a seguir. Se na *Memória* e na Petição de 1799, o Tejuco e suas redondezas era uma região despovoada, miserável e infeliz, logo a seguir se tornava um arraial florescente e populoso. Em agosto de 1800, o mesmo José Joaquim Vieira Couto fazia outra petição em nome do povo do Serro Frio. Desta vez, pedia que o arraial do Tejuco fosse erigido a Vila, pois seus habitantes tinham que passar pelos vexames de serem obrigados a gastos exorbitantes e a vencer distâncias até a Vila do Príncipe, para, por vezes, resolver pequenas pendências. Nesta petição, a descrição do arraial e seus arredores era outra:

> "(...) que sendo o Arraial do Tejuco a população maior de toda a Comarca, tanto por si, como por outros muitos arraiais e povoações, *que o cercam*, (...), e sendo Vossa Alteza Real servido fazer erigir em vila aquele arraial, vem deste modo a Coroa aperceber os interesses que resultam do Donativo, e Novos Direitos que procedem da arrematação dos ofícios necessários com a criação de qualquer vila;

ficando ao mesmo tempo aqueles povos remidos dos que atualmente padecem, ao exemplo de outras muitas vilas da mesma Capitania, que sendo menos populosas as suas povoações."[33]

Critérios editoriais da publicação

José Vieira Couto escreveu duas Memórias sobre as Minas Gerais, esta escrita em 1799 e uma outra, mais conhecida, de 1801. Optei pela transcrição da primeira, por vários motivos. O texto de 1801 é, na verdade, um acréscimo do primeiro, sendo que este acréscimo é essencialmente mineralógico e descritivo da sua viagem às galenas do Abaeté, um novo descoberto diamantífero muito fértil na época. O texto de 1799 e o contexto no qual ele foi escrito importam de perto ao historiador e é chave para se desvendar as relações de poder e os conflitos que se travavam àquela época na Demarcação. Por último, o texto de 1801 está publicado na Revista do Arquivo Público Mineiro[34] e é de razoável acesso ao pesquisador e aos interessados em geral. O texto de 1799, menos conhecido, merecia uma nova publicação.

O original do texto de Vieira Couto encontra-se perdido, não tendo sido possível encontrá-lo nem nos arquivos portugueses (BOSCHI,1979), sequer nos brasileiros. Foram localizadas quatro cópias manuscritas, três delas na Biblioteca Nacional e uma no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

A cópia do Instituto Histórico foi doada pelo Dr.Emílio Joaquim da Silva Maia, um de seus sócios. Trata-se de uma transcrição, feita em caderno pequeno, provavelmente em meados do século XIX. Este texto encontra-se reproduzido na Revista do Instituto Geográfico Brasileiro de 1874, 2ª edição, tomo XI.[35]

A primeira cópia da Biblioteca Nacional, correspondente ao número 608 do Catálogo de Exposição de História do Brasil, microfilme nº 5,1,42, é, em ver-

[33] APM. SC.268, f.277-280.

[34] COUTO, J.V. Memória sobre as Minas da Capitania de Minas Gerais: suas descrições, ensaios e domicílios próprios, à maneira de itinerário. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte.: Imprensa Oficial, 1905. v.X.

[35] COUTO, José Vieira. Memória sobre a Capitania de Minas Gerais; seu território, clima e produções metálicas. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio. Typografia de João Inácio da Silva, 1874. 2ª ed. p.289-334.

dade, um resumo. Encontra-se encadernado junto com outros documentos, sob o título de *Extratos de Memória*.[36] O texto não está completo, foram copiadas partes consideradas centrais, além de não constar as mensagens à Rainha, que abrem e fecham o texto.

A segunda pertence à coleção Benedicto Ottoni, microfilme 3,15,6 e possui a assinatura do copista A. Pereira. Trata-se de um caderno pequeno de capa mole, edição simples.

A terceira cópia, que se encontra na Biblioteca Nacional, é um livro pequeno, em edição de luxo, encadernada em couro, com douramento nas bordas das páginas. Está arquivada sob o número 11.933 do Catálogo, microfilme 1,15.

O confronto dos textos para publicação revelou problemas complexos. Foi possível certificar que todos eram cópias posteriores, não só pela aparência, mas ao compará-los com um outro texto de Vieira Couto, intitulado *Memórias sobre as minas de cobalto da Capitania de Minas Gerais*,[37] de que o Instituto Histórico possui o original. Não só a letra é muito diferente, sendo a de Vieira Couto bem miúda, como o tipo do papel e a tinta são mais antigos e bastante diferentes dos outros, além deste exemplar estar assinado pelo autor.

As duas cópias completas da Biblioteca Nacional eram praticamente idênticas, variando pouca coisa, apenas na divisão dos parágrafos. O texto do IHGB apresentava notáveis diferenças em relação a estas duas cópias. O texto do IHGB, além de mais prolixo, continha notas que não constavam dos textos da Biblioteca, além de uma epígrafe endereçada à Rainha. A análise destes acréscimos levava a considerar os da Biblioteca mais fiéis ao original. Por exemplo, em uma parte em que o autor se referia ao rio Caravelas, foi acrescentado no do IHGB, sobre a linha, a denominação de rio Grande. Com certeza é uma alteração posterior, pois na Memória de 1801, Vieira Couto avisa que cometeu tal erro na primeira Memória e corrige o nome, acrescentando que, à época, o correto era rio Grande. Algumas expressões denotam tentativas de modernizar expressões já em desuso: por exemplo onde estava grafado "grossas matas", o copista alterou para "espessas e imensas matas"; onde estava "picos de serras desiguais" ficou

[36] COUTO, José Vieira. Extratos da Memória sobre a Capitania das Minas Gerais. *Biblioteca Nacional*, nº 608 do catálogo.

[37] COUTO, J. V. Memórias sobre as minas de cobalto da Capitania de Minas Gerais. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, nº 11.937.

""picos de serra que sobrepujam uns aos outros"; "vulcanos" para "vulcões"; "nascente" para "leste", "arrabaldes" para "arredores", entre outros. Um erro do copista também salta aos olhos: onde estava escrito que a "Demarcação forma um círculo (...) e *poja em roda*", - expressão que significa perímetro -, ele alterou para boja, palavra inexistente.

O texto do IHGB traz também uma epígrafe dirigida à Rainha, levando a crer que se trata de um acréscimo posterior. Coloco em dúvida, inclusive, se esta parte foi redigida pelo próprio Vieira Couto, já que o estilo rebuscado destoa do restante do texto, este em linguagem clara e direta.

Mas se tudo levava a tomar os dois textos da Biblioteca como mais autênticos, eles apresentavam um problema. Nos dois, a palavra Tejuco era grafada com i - Tijuco, já no do IHGB aparecia Tejuco. Com certeza, Vieira Couto escrevia Tejuco, pois em vários livros seus, preservados em Diamantina, ele grafou desta maneira. Tal liberdade, contudo, dos copistas, não punha em dúvida a sua fidelidade ao original no conteúdo, indicando, talvez, uma modernização da ortografia, sem arcaísmos, já que a partir do século XIX (época da transcrição), a grafia Tijuco foi se tornando cada vez mais corrente. Esta modernização da escrita vai se mostrando evidente, pois poucos comuns eram as abreviaturas no século XVIII.

Entre os dois textos da Biblioteca, optei pela edição de luxo, por serem estas geralmente feitas por copistas mais habilidosos. Também porque uma das raras diferenças entre as duas cópias baseava-se num erro de concordância, cometido certamente pelo copista: em lugar de "que haja um livro que forme homens hábeis" foi copiado "que formem".

Na edição que segue, procurei respeitar ao máximo o texto tal qual ele se apresentava na edição de luxo, supostamente mais fiel ao original de Vieira Couto, cópia 11.933 do Catálogo, microfilme nº 1,15, o que resultou em parágrafos longos, dificultando um pouco a leitura. No sentido de facilitar a compreensão ao leitor atual, foram feitas as seguintes alterações:

1. Escolhi a grafia Tejuco, com *e*, pois não só era a utilizada por Vieira Couto, como a mais usada na época.

2. A divisão dos parágrafos foi respeitada ao máximo, o que resultou em subdivisões às vezes excessivamente longas, tal qual se utilizava à época.

3. A pontuação foi modernizada onde se fez necessário, desde que não comprometendo o sentido buscado pelo autor.

4. A ortografia de algumas palavras igualmente foi modernizada visando facilitar o entendimento das mesmas, eliminando arcaísmos gráficos tais quais crystallinas - cristalinas, comprehendido - compreendido, vassallo - vassalo, forão – foram, mais pequenos – menores. E sintáticos, tais como sefazerem - se fazerem, tirallas – tirá-las.

5. Na maior parte das vezes, a ortografia se manteve, apesar de muitas destas palavras estarem em desuso, como arrabaldes – arredores, vulcanos – vulcões, habitadores –habitantes.

6. As maiúsculas continuaram mantidas no início das frases, para nomes próprios ou honoríficos (Sua Majestade), cargos administrativos (Intendente, Governador), órgãos administrativos (Intendência do Diamante), e quando o substantivo apresentava sentido diferente se em maiúscula ou minúscula. Ex. trono –cadeira, Trono – referindo-se à Instituição real.

7. As abreviaturas, raras, foram desdobradas, com exceção dos títulos honoríficos, S. Maj^{e}. – Sua Majestade.

8. Erros evidentes foram corrigidos, mas destacados com colchetes, como Caxas – Ca[i]xas. O mesmo se deu para erros de concordância. A introdução de qualquer palavra, visando facilitar a compreensão do texto, foi também destacada em colchetes. Exemplo: um escravo, [com] um andar vagaroso.

9. As palavras grifadas pelo autor foram assinaladas em negrito.

10. As citações em latim e francês permanecem como no original; sempre que possível, sua tradução foi feita e se encontra no glossário.

11. Quando da supressão de alguma palavra para facilitar a compreensão do texto, foi utilizado o símbolo (...), e inserido um pé-de-página com o vocábulo utilizado pelo autor. Quando não foi possível descobrir o significado de uma palavra ou substituí-la por outra que respeitasse o sentido do autor, utilizou-se (sic).

Finalmente, para facilitar a total compreensão, tomaram-se as seguintes providências:

a. Foram elaboradas notas de rodapé, sempre que se fez necessária uma explicação ou observação adicional ao texto. Para distingui-las das notas acrescidas por Vieira Couto, as notas do autor são iniciadas por **[N.A.]**.

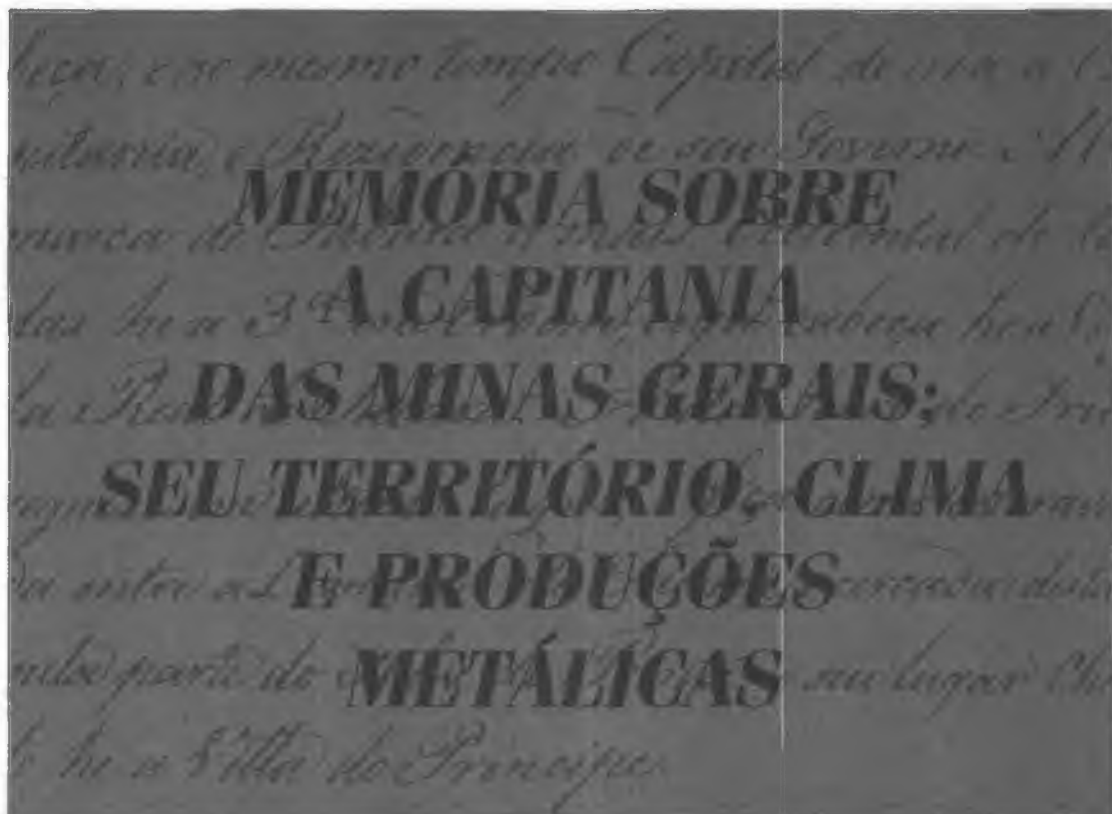
b. Ao final do texto, adicionou-se um glossário.

c. Ao final do texto, foi acrescentada, ainda, a epígrafe do IHGB, grafada

em itálico para distinguir do restante, referente à cópia 11.933, da Biblioteca Nacional.

d. Uma bibliografia sobre Vieira Couto e o Reformismo Ilustrado Português complementam o final do trabalho.

fferta junto as bocas das ne
ulecendo nós neste paiz sym
Mas como se levantarão esta
quem as deve 1º levantar? c
dizer: A Fabrica do ferr
bens e forjas deste metal, hu
as mais complicadas da S.
a: o ferro sendo hum metal
por consequinte preciso, qu

MEMÓRIA SOBRE A CAPITANIA DAS MINAS GERAIS: SEU TERRITÓRIO, CLIMA E PRODUÇÕES METÁLICAS

JOSÉ VIEIRA COUTO

MEMÓRIA SOBRE A CAPITANIA DAS MINAS GERAIS[1]

Seu território, clima e produções metálicas. Sobre a necessidade de se restabelecer e animar a mineração decadente do Brasil. Sobre o comércio e exportação dos metais e interesses régios.

Com um apêndice sobre os diamantes e nitro natural.

Tudo por ordem de Sua Majestade.
Ano de 1799

[1] BIBLIOTECA NACIONAL. Memória sobre a Capitania das Minas Gerais. 1799. nº 11.933. Microfilme 1.15.

A Muito Alta, Muito Soberana, Invicta e Poderosa Rainha Nossa Senhora.

Senhora

Foi-me intimado em nome de Vossa Majestade, seis dias faz hoje sobre o ano, que vos desse uma exata relação dos metais desta Comarca e dos interesses régios que dos mesmos se poderiam esperar: foram vozes estas que bem assentaram e fizeram impressão em minha alma, vozes da minha Soberana e da Pátria! Pus vontade e diligência nesta empresa: suspendi no mesmo instante de prosseguir no costumado trilho da minha vida: voei ao pico das serras, desci às profundezas das cavernas e recolhi-me das minhas peregrinações com as mostras de quase todos os metais, que neste cofre exponho aos pés do Trono.

Falei dos interesses régios, os quais nunca pude separar dos do povo; e como se poderá jamais separar os interesses entre uma família? Entre o pai e o filho? Se meus talentos fossem iguais aos meus desejos de vos bem servir, ninguém no mundo desempenharia melhor este cometimento do que eu; porém, se não assestei o suspirado alvo, recebei, Senhora, ao menos a minha boa vontade, como a maior homenagem que vos rende o meu coração. Tenho a honra de ser com o mais profundo respeito e acatamento.

Senhora

Em Tejuco aos 3 de janeiro de 1799

De Vossa Majestade
fiel e bom vassalo

José Vieira Couto

Le travail des mines a toujours été regardé comme un object très interéssant, et comme une vrai source de richesses pour un État. L[e]hmann. Art. des Mines. Preface.[2]

[2] O trabalho das minas foi sempre encarado como um objeto muito interessante e como uma verdadeira fonte de riquezas para o Estado.

Primeira Parte

Território, Clima e Produções Metálicas

A Capitania das Minas Gerais é uma vasta província dos sertões do Brasil, cuja verdadeira posição, com pouca diferença, se estende desde 16 a 22 graus de latitude da banda do sul e coisa de 40 até 50 léguas alongada da costa do mar, pela parte do sul prende com as Capitanias do Rio de Janeiro e São Paulo, ao oeste lhe fica Goiás e a Bahia ao norte. Um extenso cordão de grossas matas habitadas somente de gente bárbara e selvática corre ao longo de todo o lado oriental e tolhe a comunicação desta Capitania com a do Espírito Santo e Porto Seguro.

Divide-se em quatro Comarcas, com quatro Ouvidorias e quatro Casas de Fundição de Ouro. A primeira Comarca, e a que fica mais ao sul, é a do Rio das Mortes e a sua cabeça a Vila de São João Del Rei. Segue-se a de Vila Rica e assim há o nome de Vila Rica sua cabeça e ao mesmo tempo capital de toda a Capitania e residência de seu governo. A Comarca do Sabará, a mais ocidental de todas, é a terceira em ordem, cuja cabeça é a Vila Real do Sabará. A do Serro do Frio segue-se em último lugar e fica como encravada entre a Comarca do Sabará e cercada desta pela parte do sul e do poente, o seu lugar chefe é a Vila do Príncipe.

Está situada toda esta Capitania, ou ao menos três partes dela, sobre o largo costado de uma imensa serra que, levantando-se primeiramente em São Paulo, corre depois de sul a norte lançando seus grandes esgalhos a uma e outra parte, ora baixando-se, ora elevando-se mais, e desta maneira vai varando todo o Brasil e talvez deverá passar muito mais avante. As três Comarcas: do Rio das Mortes, de Vila Rica e do Sabará ocupam a parte mais fértil desta serra: as suas montanheras menos íngremes, cobertas de matos e de amenos campos oferecem aos cultivadores uma fértil superfície, ao mesmo tempo que os seus interiores passados e repassados de ricos veios de metais convidam os mineiros para os desentranharem: desta maneira o número dos seus habitadores sempre se poderá equilibrar e igualmente repartir-se entre mineiros e agricultores: mas não assim os do Serro do Frio, que habitando um terreno mais agro, fragoso e estéril, a maior parte dos seus moradores serão sempre mineiros, ou esta Comarca será enfim mais despovoada. Ela pois, fazendo-se por isso mesmo mais interes-

sante, é a que me vai ocupar agora com mais particularidade e a quem respeita a maior parte das coisas que vou dizer, como também a que tem sido o principal objeto das minhas observações e que atualmente tenho debaixo dos olhos enquanto fielmente a copio.

Na altura de 19 graus, com pouca diferença, o viajante que da Comarca do Sabará se passa para a do Serro, depois de caminhadas poucas léguas, sensivelmente acorda que o terreno debaixo dos seus pés principia mudar-se: de uma terra vermelha, pesada e fértil, que dantes era, ele calca um chão arenoso e coberto de um pedregulho.[3] As matas já não são tão altas e de um verde negro como dantes as via, de longe se lhe oferecem à vista algumas serras escalvadas e que negrejam, prossegue os seus passos e finalmente as sobe: descortina então um novo céu, um novo clima, sente o ar mais frio, os ventos o importunam mais, o terreno em parte é seco, ferrenho e de todo conglutinado de pedras. A Demarcação Diamantina[4] de longe lhe mostra uma perspectiva negra, arrepiada e crespa com mil picos de serra desiguais, por um lado montes elevadíssimos de uma só pedra[5] e perpendicularmente talhados se elevam às nuvens, por outra parte correm serras continuadas, compostas de penedias soltas e acumuladas em ruínas umas sobre as outras, cobertas de um musgo pardo e de um mato rasteiro que mal as vestem e compõem. Mil regatos de puras e cristalinas águas de contínuo atravessam seus caminhos, uns caem a pique e em fio de altíssimas montanhas, outros se vêm quebrando e dividindo sobre rochas até o sopé das serras, donde com voltas e revoltas vão demandar os rios maiores. Estes umas vezes correm mansos e serenos sobre espaçosas praias, outros se estreitam entre apertadas e alca[n]tiladas serras com fragor e ruído: aqui desaparece à vista e não se vê mais rio, ali ressuscita ao longe e escumando com fúria: tais são os maravilhosos fenômenos, que a faustosa natureza expõe em um ponto majestoso e grande ao viajante, que observa a Demarcação Diamantina. Esta Demarcação forma quase um círculo de 14 léguas de diâmetro e poja em roda

[3] **[N.A.]** Quartsum *1º hyalinum. 2º lacteum. 4º opacum. 6º cotaceum*, os quais alastram os campos da Demarcação Diamantina e de parte da Comarca do Serro.

[4] Demarcação Diamantina - quadrilátero demarcado em torno do arraial do Tejuco, correspondia à área onde se encontravam os diamantes. Durante o período colonial variou de tamanho à medida que se davam novos achados. A primeira Demarcação foi feita por Rafael Pires Pardinho em 1731. Variada legislação esteve em vigor na região.

[5] **[N.A.]** *Saxum 9 Undulatum. 33 fornacum. 37 primogeneum.*

pouco mais ou menos 42. Entenderam os primeiros, que a Demarcação em utilidade do patrimônio régio, que tinham compreendido nesta circunferência todos os diamantes do Brasil; porém, a natureza muito mais abundante os espalhou muito além destas balizas e hoje sabido é que eles existem quase por toda a parte, ou mais ou menos.

O arraial de Tejuco,[6] situado quase em meio desta mesma Demarcação, é o primeiro lugar dela e residência de uma Intendência e Extração Régia[7] dos mesmos diamantes. A serra, logo fora desta Demarcação, de súbito principia a tomar nova forma, os montes já não são de fráguas puras, exceto poucos ramos que dali a poucas léguas expiram e se convertem em campinas: desta maneira prossegue a serra até a povoação de Itacambira coisa de 20 léguas, ou pouco mais: ali, ou nos seus arrabaldes, começa outra vez a fazer-se empinada e fragosa: pouco adiante corre o rio Itacambiruçú, em cuja veia e circunvizinhança se acham diamantes com abundância, ainda que inferiores na água aos da Demarcação. Até aqui acompanharam os meus olhos esta serra e é natural que dali por diante até a extrema da Comarca, ou mais avante por onde for, vá mostrando sempre as mesmas variedades e os mesmos fenômenos. Quatro maiores rios lavam e recolhem as águas desta Comarca: o Jequitinhonha, o mais célebre entre todos pelas suas riquezas de ouro e diamantes e o Araçuaí; ambos têm as suas fontes a leste do Tejuco, correm como emparelhados um longo espaço de terras com uma direção constante de norte a sul e, no sítio chamado Tocoios, misturando todas as suas águas, perde o Araçuaí o nome; daí por diante são habitadas suas férteis margens de gente bárbara e indômita; estes rios recebem todas as águas da banda de leste da serra. O Paraúna tem a sua origem ao sul do Tejuco e, correndo para o oeste poucas léguas depois de sair fora da Demarcação, se precipita da serra abaixo por uma formosa catadupa e vai perder suas águas e seu nome no rio das Velhas e este, depois no de São Francisco, recolhe e acarreta as águas da banda do oeste de toda a Demarcação. O quarto rio, que na sua foz é o célebre *rio Doce*, tem um dos seus braços seu *nascimento nas faldas da altíssima serra*

[6] Tijuco/Tejuco - hoje cidade de Diamantina, no período colonial ficou reduzida a arraial, apesar da população significativa para a época. Localizado na Comarca do Serro Frio, era o centro administrativo da Demarcação Diamantina.

[7] Em 1771, o diamante foi declarado monopólio régio, ficando proibido aos particulares explorá-los ou negociá-los. Para assumir estas tarefas a Coroa portuguesa criou a Real Intendência dos Diamantes, com sede no Arraial do Tejuco.

do Itambé, cinco léguas distante do Tejuco a rumo do lessueste e na encosta contrária e que olha para o mesmo Tejuco: este braço composto de vários rios, como o de Itambé, do Turvo, do rio Vermelho, de Guanhães, do rio do Peixe, todos estes, confundindo-se depois, formam o grande braço do rio Doce, que recebe as águas da Comarca do Serro do Frio, porque o outro grande braço vem das partes das Comarcas de Sabará e Vila Rica. Talhei assim, mal delineada e como em grosso, a importante e rica serra[8] que forma uma grande parte da Capitania de Minas Gerais, tal é a Comarca do Serro do Frio, mais particularmente descrita.

Agora cumpre dizer em breves palavras alguma coisa sobre o particular clima destes países. As quatro estações do ano, tão sensíveis na Europa, são aqui desconhecidas, apenas se distingue uma sombra de primavera em agosto depois dos moderados frios de junho e julho; então a maior parte das árvores, sem todavia se acharem de todo decompostas, sobre a mesma ramada velha se cobrem de novas vergontas e de flores; o céu bafeja um ar mais quente e criador e a estes sinais, de que se renova a natureza, os animais também se acodem a promover cada um a conservação da sua espécie. Corre assim neste mesmo teor, com pouca quebra, a maior parte do ano até meados ou fins de maio, quando um breve inverno de dois meses ou pouco mais se apresenta e foge. Em anos ordinários, o maior frio de inverno é de 58 graus da escala fahrenheit,[9] assim como a maior calma chega a 80,[10] fazendo somente 22 graus[11] toda a diferença do seu grande calor e frio. Porém, o ano mais sensivelmente se divide em duas estações: das águas e da seca; duram aquelas de outubro até março e no restante *domina a seca, são acompanhadas de águas de frequentes e parvorosas tempes*tades, principalmente nos seus princípios. Em um dia sereno e claro, a calma se aumenta, o ar de repente se tolda de grossas e escuras nuvens, raios muitas vezes funestos se despedem delas, a terra treme ao estampido dos trovões que, retumbando pelas serras o som deste, parece aumentar-se e prolongar-se mais; o céu se desentranha em águas e tudo isso passado, também tudo de repente

[8] *Serra do Espinhaço.*

[9] Aproximadamente 14 °C.

[10] Aproximadamente 27 °C.

[11] Aproximadamente 13 °C.

serena, torna o sol a aparecer, os ares se mostram mais claros, puros e lavados e a natureza, que poucas horas antes parecia tocar já ao cabo, como que revivendo outra vez e respirando nova vida, se deixa ver mais risonha e alegre. As chuvas pela maior parte não são mansas e miúdas, porém grossas e que se precipitam com ruído e muitas vezes assim aturam dias inteiros e ainda semanas. A força das águas e como contínuas é o mês de novembro e dezembro; em janeiro há, às vezes, um intervalo a que chamam o veranico; em fevereiro e março elas se vão fazendo mais raras e pouco a pouco se despedem; seguem-se os outros meses, que são os da seca, a qual se passa sem particularidade notável.

São dois os ventos constantes: o Norte sopra no tempo das águas e no da seca, o Leste. Este nos traz o frio e as neblinas, que aumentando-se cada vez mais, tomam o seu maior vigor nos meses mais ásperos do inverno, que são os de junho e julho. O céu é puro e sadio e não fomenta doenças particulares do clima, tirado de algumas moléstias procedidas da interrupção da transpiração, pois é comum observar-se no intervalo, muitas vezes de poucos horas, confundidos os frios do inverno com a calma do estio. Não existem águas termais, não se observam vulcanos, não há memória de terremotos sensíveis. Em nenhuma parte por onde andei observei petrificados marinhos, a mesma cal é muito rara e ainda essa é sempre misturada de areia, que é a terra dominante. Se é verdade que a terra vitrescível é a primitiva e que pelo rodar dos séculos todas as mais vão sempre tendendo e forcejando a passarem-se para a natureza da primitiva terra donde descendem; como é velha esta montanha! Como pelo contrário, estas observações confundem aqueles que pretendem que a América estivesse por muito tempo submergida nas águas e que delas ressurgira muito posterior às outras partes do antigo continente? Oh natureza, oh santa deusa, como zombas dos delírios dos sábios! Eu seguirei somente os teus vestígios, te observarei somente nos teus efeitos e não procurarei entrar nos teus recônditos mistérios; e, passando já avante, principio pela observação dos corpos metálicos, que formam o objeto desta memória, expondo o que vi e observei e é o seguinte.

Produções Metálicas

Ouro

O ouro é um metal comum nestes países e acha-se quase por toda a parte, ou mais ou menos: a sua matriz é ordinariamente o quartoso, ou puro, ou intermedido também com minas de ferro, principalmente da espécie "Specularis" de Wal e Haematiles; segue-se sempre em veeiros ou mais ou menos grossos, que se entranham pelos montes ou se ramificam em milhares de outros veeiros capilares e quase invisíveis e que se espalham sobre a superfície da terra por entre camadas de quartazo. Também se acha em madres dos rios e nas suas abas, que noutro tempo foram seus antigos leitos. Neste último caso, o ouro se acha fora da sua matriz natural e é rodeado dos montes, acha-se puro pela maior parte e não mineralizado, cuja espécie é a seguinte: "Aurum".

Prata

Existe nas minas de chumbo de Abaeté,[12] que logo se descreveram na Comarca do Sabará.[13] Um quintal deste chumbo contém duas onças de prata, que é produto considerável.[14] É crível que aí também existam as próprias minas de prata, visto que estas sempre acompanham as de chumbo e as deste, muitas vezes, se convertem nas de prata. O lugar é totalmente ermo e deserto e podendo-se fazer nele maiores exames e indagações, talvez virá a ser um novo *manancial* de riquezas para o Estado.

Ferrum

Tesselare[15]	2. Dá em quintal de 56 libras de ferro
Cristalinum	3.
Chalibeatum	4.

[12] Capelinha do Chumbo (oeste de Minas): local onde havia galerias que produziam chumbo.

[13] [N.A.] Todos estes ensaios foram feitos em um ponto em pequeno, no peso de um quintal fictício relativo ao quintal português de 128 arratéis ou de quatro arrobas.

[14] [N.A.] Os saxônios extraem, com utilidade, minas de prata que contêm só quatro oitavas deste metal em quintal. *(Dictionnaire des arts, mot Mines.)* Em Freyberg se fundem também destas minas, cujo quintal não contém mais que duas oitavas de prata. (*Schlfulter.)* Fonte *des Mines.* T. 2.

[15] *Os nomes que se seguem correspondem às espécies de ferro.*

Rhombeum	6. Todas estas minas[16] são
Selectum	8. riquíssimas em ferro e dão
Granorum	9. em cada quintal de mina
Taleosum	10. de 70 a 108 libras de ferro
Decupatum	12. puro.
Scamosum	16.
Specularis	Wal.
Cae rulescens	19. Dá 47 libras ao quintal
Haematites	22. 57 a 84 ao quintal
Arenosum	24. 29 a 36 ao quintal

Cobre

Aparece em várias partes desta Comarca, rodado nos veios dos rios e já puro e mineralizado em veeiros. As espécies são:

Nativum	2. Linn
Grisea Wal.spec.	273.Dá em quintal de mina 39 libras de cobre.
OChra	
AEris	3. Dá 30 libras de cobre em quintal de mina.
Cupris	4. Dá 30 libras em quintal.

Chumbo

Existe nas serras que formam as vertentes do rio Abaeté, segue em veeiros guarnecidos e encapados de espato. As espécies são:

Plumbum	
Galena	3. linn.

Galena tessulis minorib. micans. Wal spec. 282. Dá em cada quintal de mina 86 1/2 libras de chumbo e em cada quintal deste duas onças de prata.

Estanho

Observei indícios deste metal no lugar chamado os Morrinhos,[17] caminho que vai da Lavrinha[18] para Itacambira. Achei nestes montes abundância de Spuma

[16] No sentido de minério.

[17] Local junto ao rio Jequitinhonha entre Senador Mourão e Itacambira.

[18] Atualmente, Senador Mourão.

Lupi, o qual acompanha pela maior parte as verdadeiras minas de estanho e ela mesma é uma mistura de ferro e estanho. A espécie :

Molybdoenum

Spuma Lupi

Spuma Lupi particulis polihoedris semi-lúcida Wal. spec. 265.4.

Enxofre

Observa-se em muitas partes desta Comarca em veeiros; espécie:

Pyritis

Cristalinus 3.

Sulphur ferro mineralizatum, forma cristalizata Wal. spec. 217.2. Dá em quintal 61 libras de ferro e 40 de enxofre.

Pyritis Ferrea 5

Sulfur ferro mineralizatum minera difformi palide flave nitenta Wal. 215. É a mesma espécie acima, faltando-lhe só a forma cristalizada.

Caparrosa

Depois de extraído o enxofre dos produtos acima, o resíduo que fica é abundante em caparrosa; espécie:

Vitriolum Martis 1.

Nitro

Acha-se em vários lugares e principalmente nas lapas sombrias das terras e já quase como puro; espécie:

Nitrum Nativum 1.

Segunda Parte

Estado atual e decadente da mineração do Brasil. Necessidade de uma Arte Nacional Metalúrgica. Animar a [mineração],[19] erigindo-se fundições de ferro e removendo alguns obstáculos

Temos visto um território rico em produções metálicas e, até hoje em dia, a nossa mineração não se tem estendido mais do que a do ouro. Esta mesma se diminui a passos contados e é um clamor geral que tudo está já lavrado e esgotado.

A classe dos mineiros, na verdade, é a mais indigente; o ouro se faz cada vez mais escasso; os direitos reais dos quintos experimentam uma míngua considerável. Quais serão pois as consequências de tanto dano? Os mineiros, enfim desgostosos da sua ocupação e vendo que a fertilidade da terra poderá melhor satisfazer as suas necessidades, largaram os picões e as alavancas e correram para a agricultura. O número dos agricultores crescendo demasiadamente e aniquilando-se ao mesmo tempo o dos mineiros, que são os consumidores, nem os mesmos agricultores acharão saída aos seus gêneros; estes também por sua vez perecerão, o país se despovoará da maior parte e o restante do povo que permanecer será um povo condenado a viver da miséria da barbaridade e o Estado perderá uma província das mais ricas que possue. Tal será a sorte destes sertões, onde ficando os mares distantes para a exportação dos seus gêneros de agricultura, o povo de necessidade ou deve diminuir-se, ou quando não repartir-se e equilibrar-se entre mineiros e agricultores. E, ao mesmo tempo, olhando-se com reflexão sobre este vasto território, vemos que ele tem muito mais para dar em produções mineralógicas do que tem dado e deixando de parte os mais metais que podem também ocupar milhares de braços e cingindo-me só por agora em falar sobre a mineração do ouro, esta mesma pode ainda ser levada a um auge de grandeza, onde nunca esteve. Resta-me primeiramente ainda descobrir e examinar mais terras do que temos visto e examinado e imensos lugares ainda existem que pés humanos não tem calcado e, em segundo lugar, esses mesmos

[19] No original: "merteração". Provavelmente um erro do copista ou do próprio autor.

montes que dizem estar esgotados e lavrados não se pode dizer senão que estão arranhados nas suas superfícies e que as veias dos metais se acham pela maior parte ainda intactas no seu centro.

A ignorância dos mineiros e o descuido que houve de se instruir, em tempo na sua profissão, esta preciosa classe de homens é a causa única e ao mesmo tempo mui bastante da decadência atual da mineração e, para fazer mais sensível isto que acabo de atestar, cumpre primeiro dizer alguma coisa do mesmo estado atual desta mineração. O ouro se extrai ou nos montes ou nos rios e, por consequência, os mineiros se dividem em mineiros de montes e mineiros de rios; o leito que os rios ocupam hoje não é o mesmo que ocuparam antigamente e muitos deles correm agora muitas braças abaixo do que corriam antigamente; muitos obstáculos, muitos travessões que com o andar do tempo foram eles rompendo, muitas revoluções que o nosso globo tem sofrido, tudo isto tem sido parte para que estes rios tenham ocupado por vezes diferentes leitos. Os leitos mais antigos e mais elevados ao nível dos mesmos rios e que se acham mais acostados às faldas dos montes, a estes leitos antigos chamam os nossos mineiros guapiaras; o leito que se segue mais imediato ao rio e que fica no mesmo nível, ou pouco mais elevado, chamam taboleiro e veio à própria madre do rio; estes três lugares, que todo[s] são ou foram a madre do mesmo rio, são todos eles do objeto destes mineiros; as guapiaras se lavram com muita facilidade, não formando estorvo às águas por correrem baixas, tira-se a capa de terra mais ou menos alta que cobre o cascalho e, finalmente, é este que é objeto do serviço e onde reside o ouro. Chamam eles cascalho a uma camada densa de pequenos e redondos seixos da mesma natureza do quartoso, cuja camada pela maior parte compõe o último lastro, que cobre tanto a superfície dos montes como os leitos dos rios, com a diferença somente que os seixos dos montes são ásperos e angulosos e os dos rios redondos e lisos, por serem batidos e trabalhados das águas; por baixo deste cascalho, que tem mais ou menos palmo, se encontra ou com lajeados ou com uma camada de argila, a qual já principia a degenerar em talco, a que chamam pissarra; chegando a essa pissarra não passam mais avante e fica findo o serviço. Os serviços do taboleiro já têm mais dificuldade, pois que às vezes é preciso usar da roda para esgotar e secar as águas, no mais é como o serviço das guapiaras. Mais dificultoso sobre todos é o serviço do veio do rio; *porém, toda esta dificuldade se reduz a duas ou três operações; é preciso formar*

primeiro, à força de cavar, um novo leito, que chamam valo, para passar o rio por fora do seu veio e a um dos seus lados; feito isso, cortam e suspendem no mesmo rio, com faxina e terra junto, a estrada do valo e desta maneira o lançam fora do seu leito, assentam depois a roda para secar a água que ainda resta do cerco e do valo e lavram, por fim, o veio do rio como as guapiaras e taboleiros.

É de notar nestes mineiros, primeiramente, o uso de uma máquina incômoda, como as suas rodas e mais aparelho de esgotar as águas. Um dia que é preciso assentar ou mudar esta máquina, ocupam-se somente neste serviço cinquenta e mais escravos e esta mudança, às vezes, se faz indispensável fazê-la uma e muitas vezes em um só serviço. Achega-se a isto, que o seu caixão, por onde sobe a água, nunca se pode pôr a prumo e deve sempre fazer um ângulo mais ou menos agudo com o plano do horizonte, por cuja causa um caixão muito comprido e pesado esgota a água de uma pequena profundidade, atendendo a linha perpendicular ao mesmo horizonte. Em lugar desta máquina, acho muito mais cômodo o uso de bombas, que são muito maneiras e praticadas em semelhantes casos e, à proporção da água que há para se esgotar, pode-se aumentar ou diminuir o número delas; uma roda pode tocar dez e vinte e muito mais bombas por banda. Em segundo lugar, deve-se notar a falta de muitas outras belas máquinas de que podem fazer uso, como os cabrestantes, guindastes para tombarem e elevarem grandes pedras sem gastar o tempo e a ferramenta em as quebrar; o uso das padiolas e carretas, tanto de mão como tiradas por animais e outras infinitas que deixo de fazer menção. Uma bateia de uma pequena capacidade posta à cabeça de um escravo, [com] um andar vagaroso e pausado de manhã até à noite, supre estas tão úteis máquinas. Não obstante isto, esta mineração dos rios é a que está em um pé mais sofrível e adiantado e, fora destas observações que já fiz, pouco mais há que notar; ela também é a mais fácil e menos complicada e, por isso, muitos se entregam a ela. Daqui vem que, a maior parte dos rios conhecidos e que levam ouro estão quase todos lavrados. Mas não sucede assim aos mineiros dos montes, com os quais me vou agora ocupar.

Os montes são os verdadeiros pais dos metais; a natureza os formou nos seus centros e nas suas superfícies e daqui rodaram para os rios; os mineiros dos montes são os que bebem as riquezas na sua fonte, poucas braças de uma veia rica os pode enriquecer para sempre e isto mesmo tem sucedido a muitos. Estes montes do Brasil são riquíssimos de ouro e a prova é que os rios o foram e,

por conseguinte, muito mais os montes. Poucos deles têm sido minerados como devem ser e as suas entranhas ainda se não patentearam de todo aos seus mineiros, por causa de um mau método de os lavrar.

No princípio da descoberta das Minas, parece que um bom gênio guiava os homens, então houveram mineiros, vários montes se minaram, como o de Vila Rica e, posto que estas minas não tinham ainda toda a perfeição que se requeria, todavia isto bastou para que deste monte saíssem rios de ouro: e quantos montes ainda não existem? Quantos se mostram nesta Capitania que fossem minados como ele? O horror de se subterrar um homem em uma mina por todo um dia, de se despedir ao nascer do sol da sua brilhante luz e de se guiar pelo fraco clarão de uma candeia, de ouvir estalar a cada instante a montanha sobre sua cabeça e esperar a cada passo a morte; parece que estas coisas foram desgostando, pouco a pouco, os homens dos trabalhos das minas e, enfim, os determinaram por uma vez para a mineração dos rios. E com razão, nessas eras os rios também convidavam da sua parte aos homens, os seus cascalhos se achavam à mostra e sem entulhos: a mineração era mais fácil e, ao mesmo tempo, também rica. Estes rios, os seus taboleiros e as suas guapiaras, tudo foi lavrado e relavrado, enfim, foi preciso tornar outra vez a subir aos montes e os mineiros, costumados à mineração dos rios, se persuadiram talvez que poderiam também lavrar os montes pelo mesmo modo com que tinham já lavrado os rios. Inventaram, portanto, um pernicioso método a que eles chamara: **levar um monte a talho aberto,** o qual consiste em desmontar e tirar primeiro a terra de cima dos veeiros, assim como faziam nos rios para tirarem o cascalho.

Não se fizeram daí em diante mais minas e perderam essa mesma pouca experiência que já tinham adquirido daqueles, que, no princípio, tinham aberto; tudo fo[i] ao depois rasgões e este método se adotou por toda esta Capitania e também pelas outras. Estes rasgões os fazem, ou ajudados com água, ou a seco carregando a terra à cabeça: aqueles que são auxiliados com água forram,[20] todavia, muito trabalho e às vezes são recompensados de maiores interesses; porém, nem todos podem ter esta ventura e, à maior parte deles sucede serem privados dela, pois que a natureza formou ordinariamente os metais nos montes e nas serras mais empinadas, onde, com muito custo, ou raras vezes, pode esta

[20] Forram: no sentido de exigem, demandam.

água chegar. Estes mineiros, que se vêem precisados a carregar toda a terra à **bateia**, *nunca, ou muito por acaso, chegam a ver o lucro das suas lidas; porém*, afinal, tanto os que trabalham com água como os que a não têm, todos eles, prosseguindo um pouco mais avante pelo interior do monte, se acham embaraçados *e impossibilitados de poderem dar mais um passo. Quanto mais íngreme é* a montanha ou serra, tanto mais a prumo se profundam os seus veeiros. Nós habitamos em uma montanha ou serra a que os mineralógicos chamam **da primeira ordem** e, *segundo a observação destes* e o que eu *mesmo tenho visto*, todos os veeiros desta mesma montanha pela maior parte são **perpendiculares**, que descem a prumo ao centro da terra; ou oblíquos, que são aqueles que se *precipitam, formando um ângulo entre 60 e 80 graus; raras vezes* (ao menos ainda não vi) se acham veeiros horizontais.

Desta mesma verdade se segue a prova do que acabo de dizer: que os mineiros, que diligenciam levar **um monte a talho aberto**, cedo ou tarde, se despedirão para sempre deles, levando estes consigo para o centro da terra as suas esperanças, toda a sua fortuna e as suas saudades. Isto mesmo é o que vemos confirmado todos os dias pela experiência: muitas e muitas lavras, que principiam com esplendor, enquanto o veeiro está na superfície da terra, passado pouco tempo elas são desamparadas e, por quê? Porque prosseguindo o veeiro poucos passos pelo interior do monte, este se pôs logo em 60 ou 80 palmos de terra por cima do desmonte; todavia, esta altura de terra é coisa muito insignificante para um mineiro que souber do seu ofício; porém, para estes nossos é altura sobeja e assaz grande. Estes 60 ou 80 palmos não somente é preciso cavá-los todos para o fundo, como também desabafar para os lados muitos palmos para poderem, com segurança e sem perigo, descer abaixo e que não desabe a terra e os sepulte. Quantos palmos não acrescem de mais além dos 60 ou 80? E isto para tirarem um veeiro grosso de um palmo, ou de dois dedos. Quantas lavras não consomem seis, oito e dez meses para se desmontar, para trabalhar somente uma semana, ou 15 dias no veeiro? É preciso que estes veeiros sejam riquíssimos, e o são na verdade, para poderem fazer alguma pequena utilidade ao seu dono.

Não duvido que haja veeiros dos quais uma bateia de terra dos mesmos poderá custar ao mineiro 50 ou 100 [bateias] supérfluas de desmonte; daqui vem a precisão de um extraordinário número de escravos para se fazerem seme-

lhantes lavras: oitenta e cem escravos é uma fábrica muito pequena. Quanto tempo não gastam eles na condução ou tirada de águas, algumas vezes de muitas léguas, para poderem desfazer o seu desbarranque? Que repetidos trabalhos não empregam para se conservarem estes longos regos sem se arruinarem? Enfim, é um axioma entre estes mineiros, que um monte de ouro não vale nada se ele não tem água: a água sim, necessita-se dela em uma fábrica de minas, porém, é para outros usos muito diferentes do que julgam estes mineiros. Estas e outras muitas desordens, procedidas de não saberem como [agir][21] nestas minerações dos montes; este aumento de escravatura desnecessária faz a perdição quase geral destes nossos mineiros e, ao contrário, uma mina aberta como deve ser, pode ser custeada com muito menos gente sem comparação do que requer este mau método de minerar e estes longos regos d'água, que tanto custam. Olhando para outra parte, para as máquinas de que usam, não possuem nenhumas: ignoram até as indispensáveis máquinas com que se esgotam as águas; não pode logo o mineiro dar passo, porque a roda, de que usam nos rios, é incômoda para os montes e, além disto, o seu caixão demanda pouca altura, como fica já dito, por não se poder pôr jamais a prumo. Remediam a falta destas mesmas máquinas com os seus canais, que vão despejar as águas do interior do monte na planície vizinha; porém, se o veeiro profunda abaixo do nível dessa planície, como sempre acontece, pouco mais avante o podem acompanhar e, não resta outro remédio mais em tal caso, senão dizer-lhe um eterno adeus. Se se chamassem estes nossos mineiros, que passam pelos mais atilados na sua profissão e se se dissesse que há na Europa uma nação que mais de mil anos há que é mineira, que ela com seus Príncipes[22] em frente e homens muito sabedores na mecânica, na hidráulica e na física subterrânea têm dado remédios a todas estas dificuldades; que a arte de minerar faz um corpo de ciência que prende com muitas outras e que não constitui um mineiro o saber só nivelar, cercar um rio, ou rasgar mal rasgado um monte, eles pasmariam! Se estes mesmos mineiros fossem levados pelas mãos e se os fizessem descer ao poço da mina de ouro de

[21] No original: "...como se hajam nestas...".

[22] [N.A.] O eleitor da Saxônia é também mineiro, juntamente com seus vassalos, quando vê que alguma mina de algum particular se acha quase arruinada e em ponto de ser des[a]mparada por causa de necessitar de alguma obra mais custosa, como um esgoto etc., ele acode e faz gratuitamente essa obra, percebendo porém, daí por diante, do produto dessa mesma mina além do décimo, também o nono.

Chremnitz[23] e observassem a sua profundeza de cento e sessenta braças e passassem, ao depois, por ela adiante muitas milhas; se descessem a célebre mina de sal de Eperias,[24] cidade da alta Hungria, que só o seu primeiro andar, além de outros que se seguem mais abaixo, tem de altura oitocentos e oitenta braças; se vissem monstruosas máquinas moverem-se nos abismos destas montanhas e sacarem as suas águas por cinquenta e duas bombas a 26 por banda, como na mina de azougue de Frical;[25] se vissem enormes rodas[26] de trinta e seis e quarenta pés de diâmetro, cavalgadas umas sobre as outras até o número de quatro e cinco juntas na profundeza da terra, umas movidas por águas conduzidas de fora, outras com as mesmas subministradas dos próprios subterrâneos; que grandes milagres não seriam estes objetos para os nossos mineiros! Como não confessariam eles unanimemente que as minas do Brasil estão ainda quase intactas? Como não conviriam eles que nós portugueses, possuindo riquíssimas minas, ainda não firmamos os primeiros passos na carreira da mineração? E, na verdade, ainda até o presente, não temos lavrado senão uma parte dos rios; os montes estão sim, arranhados.

Viajei um grande espaço desta Comarca do Serro, observei quase todas as suas lavras que delas conservo fiéis descrições, nenhumas das que vi achei que chegasse a duzentos palmos de profundo, a maior parte delas não passavam de cinquenta, imensas a vinte e a trinta e, tudo **a talho aberto**. A isto devemos chamar minas? Cabe, antes melhor, o nome de lavras que lhes dão e não de minas, pois que estão bem longe disso. O mesmo digo dos nossos mineiros, pois nada lhes quadra menos que tal nome; são mineiros que jamais perdem o sol de vista. Sei, todavia que, na Comarca de Vila Rica e Sabará, existem ainda hoje algumas minas; porém, como elas são raríssimas e mal abertas, não as devo contar por tais.

Concluo pois (ou se não me engano), que a suma ignorância da nossa mineração tem sido a causa da presente decadência deste ramo de riquezas e que esta mesma decadência arrastará consigo, afinal, à míngua geral deste belo território das Minas. Mas, qual será o meio de obviar a tamanho mal?

[23] [N.A.] *Metallurgie de Alphn.* Barba, t. 2, p. 285. Além do veeiro desta mina, contém pela maior parte 4/8 de ouro em cada quintal e tem de antiguidade para cima de mil anos.

[24] [N.A.] BARBA, Alphonse, t. 2, p. 283.

[25] [N.A.] *Idem*, t. 2, p. 305.

[26] [N.A.] LEHMANN, *L'Art. des mines*, t. 1, p. 58.

Arte Metalúrgica Nacional

É conveniente que aquela parte do povo, que se deve ocupar de um certo gênero de profissão, a conheça o melhor que puder ser e, quanto mais relevante for o interesse que daqui deve resultar para o Estado, tanto mais este mesmo Estado se deve interessar em que esta classe de homens seja instruída. Quase *todas as nações cultas da Europa têm conhecido quanto cumpre ao Estado que* se cultivem e se trabalhem as minas. A Suécia, a Rússia, a Polônia e, sobretudo, a Alemanha são deste número. Estas mesmas nações têm tido o cuidado de encaminhar os seus mineiros com obras úteis, que têm sido espalhadas entre eles, obras que têm dado nome às mesmas nações, instruído com utilidade os povos e enriquecido o Estado.

Tal é o exemplo que deve seguir a nação portuguesa: mais razão tem ela de frequentar e procurar pôr em um bom pé o trabalho das suas minas que nenhuma das outras: ricas terras que abundam em metais: vastos sertões que nunca serão em termos povoados e cultivados sem este gênero de comércio: muita gente já aplicada e entretida nesta maneira de vida: tais são as principais razões que pedem que este ramo de estabelecimento vá avante e não pereça. Conseguir-se-á isto, fazendo nós, à imitação destas nações, girar entre o povo um corpo completo da arte *metalúrgica*. Esta arte ou corpo de doutrinas metalúrgicas parece-me que se poderia compreender bem em um tratado, que tivesse por objeto: 1º a **metalurgia mecânica**, 2º a **metalurgia pirotécnica**,[27] 3º a **metalurgia docimá[s]tica.**[28]

A metalurgia mecânica ensina o método de abrir e trabalhar as minas e deve principiar por dar uma idéia geral da mineralogia, fazendo conhecer ao mineiro a classe das pedras, distinguir os seus gêneros e as suas principais espécies; fazendo conhecer os minerais, os sais, os enxofres, os metais e, da mesma maneira, distinguir as espécies de cada um deles; dos fósseis fazendo ver o que é petrificado e o que é concreto; enfim, o que é terra e as espécies de cada um destes gêneros: tudo isto com brevidade e não multiplicando espécies,

[27] Metalurgia de fundição ensina como se extrai pelo fogo os metais das pedras.

[28] Parte da metalurgia que alia parte da química e que procura determinar a proporção em que os metais compõem os minérios.

como fazem os mineralógicos. É indispensável a precisão de conhecer e distinguir o mineiro os corpos que devem formar todo o objeto da sua profissão.

Entrando depois disto na matéria, deve dar uma idéia da estrutura e composição da terra, das suas camadas ou lastros; distinguir as várias espécies de **montes** e fazer conhecer quais sejam os próprios para a mineração e quais não. Deve falar sobre as matrizes dos metais e mostrar que tal metal se mineraliza pela maior parte com aquela pedra ou terra e que aquele outro com aquela outra pedra ou terra etc; este gênero de metal se acha em **cúmulo**, aquele em **lastro**, aquele outro nunca senão em veeiro. Vem por sua ordem, ao depois, a tratar dos veeiros, mostrar o que é propriamente veeiro, o que é ferida, fazer conhecer e marcar as suas direções pela **bússola mineralógica**; dar os sinais daqueles que devem logo acabar, chamados **vênulas** e, dos capitais, que são os que devem permanecer; quais sejam os bons e de esperanças, quais os rebeldes e que nunca devam dar.

Isto ensinado, é tempo já de fazer descer o mineiro pela sua nova mina: esta é formada de poços, de galerias, de canos de asas, de **canais**, de esgotos; mostrar quantas qualidades há de poços, estes pela maior parte descem perpendicularmente ao centro da terra e servem uns para descer e subir somente a gente, outros para o esgoto das águas e assento das máquinas de esgotar; outros, para o uso dos ventiladores que devem renovar e purificar continuamente o ar na profundeza da mina. No extremo de cada poço, ficam as galerias, que cortam horizontalmente o monte à direita e à esquerda e servem para descortinar os veeiros, arrancar entulhos e encaminhar as águas subterrâneas. Os canos são como galerias mais estreitas, que servem para se repassar a montanha e ir por meio delas em busca dos novos veeiros. As asas, que são como uns nichos postos ao lado dos poços, servem para arrumar também entulhos, descobrir veeiros e nelas separarem os obreiros a verdadeira mina da **ganga**, ou pedra estéril. Os canais de esgoto têm a sua entrada nas faldas do monte e vão se comunicar ao depois com as galerias interiores e receber as águas exauridas pelas máquinas e conduzí-las para fora do mesmo monte. Tratará do modo de fortificar e segurar o monte pela carpintaria e alvenaria, que é o objeto da **arquitetura subterrânea**, como do mesmo modo tratará da **hidráulica** também **subterrânea**, que é a descrição das máquinas próprias para o manejo das águas. Aqui também entra tratar de outras máquinas do custeio da mina, como são as

que servem para os carretos; as máquinas puxadas por animais ou tocadas por água, para por elas se elevarem os pesos e extraírem-se as terras para fora da mesma mina; os engenhos de pilões para quebrar a pedra do veeiro; os moinhos de ferro para a moerem; tratará enfim do método de se colher e arrecadar o ouro ou por lavagens ou pelo azougue ou pelo chumbo; descrever cada um destes métodos, as suas máquinas e as suas manipulações. Tais são, pouco mais ou menos, as doutrinas que deve conter esta primeira parte da metalurgia mecânica. Não sei que haja um corpo seguido e metódico desta matéria, ela se acha sim dispersa em muitas obras e dissertações alemãs. Lehmann, Conselheiro das Minas de El Rey da Prússia, fez um pequeno tratado que intitulou Arte das Minas, o qual é tão breve que nada satisfaz. O mesmo Lehmann se queixa de não ter havido até o seu tempo um tratado metódico desta ciência.

Aqui se poderia findar a arte metalúrgica portuguesa, se nós tivéramos somente o ouro, porém, possuímos todos os metais e, dia virá, em que eles aparecerão cada vez mais, à proporção que olharmos com mais atenção para a terra e, mais profundamente, descermos nas suas entranhas. A segunda parte pois, que será da metalurgia pirotécnica, deve ensinar como se extrai pelo fogo os metais das suas pedras e tratará, em primeiro lugar, da preparação que devem ter as minas para se disporem, ao depois, para a fusão e ensinará, por conseguinte, como se trituram e se lavam, da calcinação e seus fornos, que minas devem ser calcinadas e as que não, aquela a quem basta somente uma calcinação e aquela que precisa de oito e dez, como são algumas minas de cobre. Tratará, ao depois, dos fornos de fusão, os descreverá, dará a sua planta, mostrará como se funde cada gênero de metal e cada espécie de mina. Os metais, pela maior parte, estão misturados uns com os outros e impuros e, por isso, convém separá-los e purificá-los. Esta separação é toda fundada sobre as leis das afinidades que têm os metais uns com os outros e sobre o diferente grau de fusibilidade de cada um dos mesmos metais. Esta matéria é muito vasta e miúda, cheia de operações pasmosas e delicadas e que honrarão para sempre o espírito humano que as imaginou; todas estas coisas devem ser explanadas com a maior clareza. Não basta só que a nossa metalurgia pirotécnica trate meramente dos metais; convém de mais estender-se aos produtos destes mesmos metais e aquelas drogas precisas para a maneação deles. Tratará por conseguinte da fábrica e fornos da destilação do enxofre, dos vitríolos, da pedra hume e, por fim, das nitreiras arti-

ficiais e composição da água forte. Muitas belas obras há sobre esta parte da metalurgia: a primeira e, sobre todas, é a grande obra de Christóvão André Schlutter, intitulada a Fundição das Minas[29] e que foi traduzida por Mr. Hellot, por ordem do Ministro de França, para o uso das fundições do Reino. É uma obra excelente na verdade, porém, o autor se demora às vezes demasiadamente com muitas minudências, que confundem a um homem pouco costumado a grandes leituras e miudezas. O fundidor quer somente que lhe digam como se há de fundir tal e tal mina do seu país, qual é entre todos o melhor forno de que há de usar, qual o melhor fundente e mais a mão da sua mina e pouco lhe importa saber como se fundem as minas do alto e baixo Hartz, na Bohêmia, na Hungria, na Suécia etc. A nossa arte metalúrgica (por isso o digo) deve ser nacional, isto é, fundada em experiências feitas sobre as próprias minas e sobre os próprios fundentes do país; isto é grande vantagem.

A terceira parte da obra será consagrada à metalurgia docimá[s]tica, ou arte de ensaios. Essa tem dois objetos: 1º conhecer o título do ouro e da prata, 2º conhecer quanto metal puro pode haver em um quintal dado de mina. Todos estes conhecimentos são necessários a um povo mineiro e fundidor. O 1º objeto é mais próprio para as casas de fundições régias de ouro e prata e casas de moeda. *Interessa ao Príncipe que hajam bons ensaiadores e que entendam profunda*mente a sua arte, que saibam ensaiar por diferentes métodos para melhor se certificarem dos quilates dos metais finos nos casos duvidosos, que saibam purificar os ditos metais e separar-lhes as ligas e misturas, quando a malícia ou os casos fortuitos, como os incêndios, os misturaram e confundiram; isto pois, segundo eu penso, é o que muito poucos ensaiadores que hoje ocupam os lugares das fundições régias o sabem fazer. Por isso, convém que haja um livro nas mãos de todos, que forme homens hábeis e em abastança, para suprirem dignamente estes lugares nas conjunções.

O segundo objeto é o mais próprio do fundidor e do mineiro curioso; o fundidor pelo ensaio governará a sua fundição: se esta lhe der menos do que o ensaio lhe deu, já sabe que há erro para emendar e que parte do metal, ou se acha ainda nas escórias, ou mal fundidas, ou perdeu-se e consumiu-se na calcinação. O mineiro, antes de entrar em despesas maiores para o estabeleci-

[29] No sentido de minério.

mento da sua mineração, deve ensaiar primeiro os seus veeiros para ver se eles são de natureza que recompense o seu trabalho. Ainda depois de estabelecida a sua fábrica, estes ensaios lhe mostram, todos os dias, o pé em que vai a sua despesa e os seus lucros; sabe, por exemplo, que o seu veeiro lhe costuma dar tanto em quintal; no fim do dia viu quantas carretas tirou de mina (cada carreta contém certo número de quintais) e, por consequência, sabido o número dos quintais de mina extraídos, sabe também, quase ao justo, o que tirou de metal naquele dia, que descontando o seu valor da despesa diária, conhece o que lhe ficou de lucro, quando este o haja; mudando-se o veeiro ou para mais pobre ou para mais rico, bem se deixa ver que requer já outro novo ensaio. Deste modo, o mineiro tem sempre diante dos olhos a soma dos seus lucros ou das suas despesas e, isto mesmo lhe serve para o diante, para o ensinar como se deve governar. Insígnes autores tratam da arte docimá|s|tica e, entre todos, tem o primeiro lugar Seladutter[30] e Cramer. Eis aqui, segundo me parece, o remédio mais próprio para suspender o mal que ameaça a este corpo da nossa mineração: remédio fácil, que cura a doença e que dispõe este mesmo corpo enfermo para uma saúde robusta. Eis aqui, uma obra digna do século em que vivemos, digna do reinado da Nossa Soberana, que pede o interesse do Estado, a política e a utilidade dos povos. Convém ao Estado que se extraiam os metais da terra, mas de nenhum modo lhe convém que os particulares se arruínem, que a ruína destes espante outros e que se fechem para sempre as bocas das minas e se estanque por esta maneira este precioso arroio de riquezas. Esta obra circulando por entre o povo, aqueles que forem mais atilados e capazes de lição, porão em prática aquilo que alcançaram; os outros, que não lêem e que não entendem, verão praticar aqueles e deles aprenderão e, por fim, tudo tomará um novo tom, um novo lustre brilhará sobre a mineração portuguesa, os metais se extrairão em dobro e, na mesma proporção, se enriquecerá o Estado. Mas, o digo por fim, o homem que for encarregado desta escrita, deve ser um grande físico, sumo mineralógico e experiente do território do Brasil e, ainda mais, deve ter visto primeiro com os seus olhos as minas de Saxônia, Hungria, Transilvânia e Áustria.

[30] No texto do IHGB é transcrito como Schlutter.

Animar a Mineração
Primeiro
Levantando Fundições de Ferro

Não basta somente ter-se mostrado aos mineiros o como devam abrir e trabalhar as suas minas; cumpre mais administrar-lhes certos meios e remover alguns obstáculos que se apresentem ou possam tolher o expedito giro desta máquina. O ferro, este metal tão necessário a todas as artes, a todos os ofícios, que rasgando a terra obriga esta a ornar-se de uma verdura mais amena e alegre e a desentranhar-se em dons e riquezas, que levado às nossas fronteiras mostra aos nossos inimigos um muro inconquistável - a morte e o espanto; este metal, mais precioso ao homem do que o ouro e a prata, que é o que a Providência derramou sobre nós com uma prodigalidade espantosa. Não sei porque fatalidade, ainda até hoje não nos temos abaixado para levantarmos da terra estas riquezas que ela tão largamente nos oferece; porque razão estamos a sustentar com o nosso dinheiro as fundições da Suécia, da Alemanha e da Biscaia, nós que as podemos arruinar todas ou, ao menos, tirar-lhes grande parte dos seus lucros! Por que razão uma nação de necessidade mineira como a nossa esperará *que lhe venha do fundo do norte, por um preço exorbitante, o ferro e o aço para* poder trabalhar as suas minas? Quanto estas coisas não devem retardar, empecer e ainda quase de todo impossibilitar o exercício de muitas lavras! Isto é patente aos olhos da razão e nós, os moradores deste continente, o vemos todos os dias com os nossos próprios olhos. E, na verdade, sendo o ferro e o aço os gêneros de maior necessidade e consumo para o mineiro e a sua falta um empecilho para a mineração, logo que o Estado providenciar para que estes mesmos gêneros haja, em abastança e por um baixo preço, ele terá já dado um grande passo para animar o trabalho desta mesma mineração e para a constituir em um muito melhor pé. O meio, porém, de termos estes mesmos gêneros baratos e sempre prontos, *não vejo outro senão lançarmos mão daquele mesmo ferro que a natureza* nos oferta junto às bocas das nossas minas, estabelecendo nós neste país as nossas fundições.

Mas como se levantarão estas fábricas, ou quem as deve 1º levantar? É o que passo a dizer. A fábrica do ferro, ou as fundições e forjas deste metal, é uma das coisas mais complicadas da arte metalúrgica: o ferro, sendo um metal de vil

preço, é por conseguinte preciso, que a fábrica, para haver de fazer utilidade e fundamento e, em grandes quantidades ao mesmo tempo, (...)[31] esteja sempre em uma atual atividade; o que não sucede assim nos outros metais, cujos fornos são menores[32] e as suas fundições em meno[r] quantidade e seguindo nisto mesmo a ordem da natureza, que também os criou com maior escassez e os dotou ao mesmo tempo de maior valor. Por cuja causa, tais fábricas de ferro e tais fundições, tudo deve ser em um ponto em grande. Os fornos são de 20 pés em quadro e 25 de alto, os foles de madeira e de 15 pés de comprido; não há braços que os possam mover e uma torrente de água os agita por meio de uma roda; o forno, semelhante a um pequeno Etna, vomita de tempos em tempos uma leva de ferro de 15 pés de comprido e sobre 2$[33] arráteis de peso. Esta é conduzida por máquinas a uma forja, ao depois a uma grande bigorna, onde um martelo de 1$200[34] arráteis de massa é também movida por outra máquina de água, a malha e acaba de a formar em barras. Este exercício, esta labutação atura sem cessar 10 ou 12 meses contínuos. Não falo ainda das manipulações precisas para a converção do mesmo ferro em aço. Eis aqui como estas fábricas podem fazer utilidade, suprindo a quantidade de metal ao seu barato e, ao revés, em um ponto pequeno e fundindo as arrobas, nunca o proprietário verá lucro considerável e cada libra de ferro lhe ficará por um preço exorbitante.

Pelo que fica dito, coisa conseqüente é que esta fábrica é muito complicada, que grandes e engenhosas máquinas vêm ao seu socorro, que muitos dos instrumentos que hão de servir na primeira que se haja de erigir devem vir de fora, que ela requer bons mestres e bons diretores, e que tudo isto nenhum particular o poderá fazer por falta de meios: Sua Majestade é, por enquanto, quem melhor a pode levantar e, muito particularmente, a primeira. Nela, então, como em uma bela escola, formarão bons fundidores e excelentes artífices, que ao depois poderão ir criar e estabelecer outras em outras partes.

O diretor desta primeira escola, ou fábrica régia, da qual devem tomar o tom todas as mais, será um bom físico, um bom químico e, além disso, deve ir ver

[31] (e)

[32] No original: "mais pequenos".

[33] dois mil.

[34] mil e duzentos.

primeiro as fundições de ferro do Maine, em França. Este é o caminho mais rápido e breve para elevarmos de repente estas nossas fábricas ao seu maior auge e, um homem que souber ver, pouco tempo lhe bastará para se pôr corrente em todas estas coisas. Deve observar como se fazem todas estas operações, tendentes a tais fundições, tirar planos dos edifícios, dos fornos, levantar modelos de várias máquinas, de vários instrumentos, descrever o número e os deveres de cada oficial ou artífice, o número dos trabalhadores, as horas de cada fornada e mil outras mais desta natureza; o que feito se recolherá a Portugal constitui[n]do um verdadeiro tesouro para o Estado. Disse que este diretor seria um homem físico e um bom químico, diria antes um "Réaumur" se a natureza não fosse tão esquiva na produção destes homens raros; porque um oficial comum nunca foi, nem será, capaz para transportar uma arte de um país para outro e elevá-lo, ao mesmo tempo, a um alto grau de perfeição: esta, no seu transporte, deve deixar muitas coisas na terra da sua natureza e adotar outras muitas do novo clima para onde vai. Sim, depois de termos levantado os nossos edifícios, assentados os nossos fornos e começado a varejar os grandes foles, ainda nos restam muitas observações que fazer: tal mina de ferro é só própria para formar peças fundidas, aquela dá um bom ferro flexível e próprio para ser forjado antes, aquela outra serve para se converter em bom aço, umas são boas e muito ricas, porém, não se fundem ou dão um ferro quebradiço e, misturadas com outras, estas lhes servem de fundentes e bom tempero e produzem então um bom ferro; o carvão mesmo influi e altera a qualidade do ferro segundo a sua natureza: quantas miudezas! Como não é preciso caminhar passo a passo e observar atento! Eis aqui, o que um tal fundidor ordinário nunca saberá fazer; sabe sim, muito bem, como se deve fundir a mina do seu país, sabe o grande fogo que lhe deve dar, sabe os fundentes que lhe deve ajuntar; porém, ignora a razão de tudo o que faz, obra e não sabe o como obra, semelhante à matéria impelida, que move-se sim, porém, que este movimento o recebeu de uma mão estranha. Vários autores escreveram muito bem sobre estas fábricas ou fundições e publicaram excelentes tábuas com as plantas destes fornos e máquinas, com[o] Swedemborg, Réaumur e o Marquês de Courterron; porém, a vista val[e] outra coisa e os conhecimentos que não entram por ela, entram com muita brevidade.

Segundo
Abolindo os dias santos

Coisa muito sabida é quão prejudiciais são estes dias festivos que a Igreja consagrou à oração e ao ócio. Os nossos pais alanos, suevos e lusitanos podiam muito bem gastar uma 3ª parte do ano, ou ainda mais, em orar: um grosso pano, nenhuns atavios e esse fabricado em casa, ornava a um nobre e o punha na rua com aceio naquelas boas [eras]; mas hoje mil artífices concorrem juntos para vestirem a um simples particular; mil navios nos conduzem os brocados do Oriente e as peles do septentrião; as nossas mesas se cobrem de iguarias que nos mandam as quatro partes do mundo e, o que mais é , este luxo fomenta as artes e atrai o ouro, que é o nervo e medula do Estado; cria a marinha que, na conjunção da guerra, vai ao encontro aos nossos inimigos e defende as nossas praias e conquistas: mas hoje digo, se os dias do ano se multiplicassem em dobro, tudo seria pouco para administrar suficientemente as nossas artes e as nossas crescidas necessidades. Porém, isto são coisas já ditas e eu não quero nem devo sair fora do meu objeto, expondo somente o quanto estes dias são prejudiciais à mineração em particular. O mineiro, que trabalha nos rios, passa já uma grande parte do ano assentado às suas margens e calculando e discorrendo sobre sua futura fortuna e vendo, entretanto, correr as águas sem nada fazer. Chega enfim a seca, o tempo suspirado, consome ainda uma grande parte dela em fazer o valo, cercar o rio, assentar a roda e dispor outras infinitas coisas precisas ao seu serviço. Quando entra a desmontar e a tirar cascalho é quase o fim da seca, olha para o serviço que tem feito, vê consumido e empregado nele grande parte do seu cabedal, olha para o que resta ainda a fazer e esmorece, porque lhe não cabe no tempo. Os dias santos, que já o atrasaram muito nos seus preparativos, agora lhe agravam mais os seus sustos quando ele vê que rara semana se passa sem ser entremeada deles. Enfim, as águas chegam e quase sempre a maior parte destes mineiros se acham ainda sem ter concluído os seus serviços, que eles os vêem levados de arrojo pela fúria das mesmas e juntamente perdida uma grande parte das suas fadigas e esperanças. Chega-se mais, que raro dia santo se passa sem que traga alguma novidade entre a escravatura. Nestes dias da crápula é que se cometem os assassínios e os grandes delitos, nestes dias os escravos preparam as suas fugidas para o mato, nestes dias se despedaçam em brincos e se impossibilitam para o trabalho do dia

seguinte e quase nunca o dono vê a sua fábrica junta no 1º dia de fazer, que se segue ao dia santo. Enfim, um destes dias arrasta sempre consigo outros dias perdidos e é então quando a causa se passa mais favorável para os senhores.

Já o Arcebispo da Bahia, nosso vizinho, deu um pequeno passo sobre estas coisas, abolindo muitos destes dias em favor da agricultura e, por que razão não chegará aos mineiros, que não são menos úteis ao Estado, também esta indulgência? E, além disso, não se poderá conciliar a intenção da Igreja e a devoção dos nossos maiores com a nossa precisa precisão para o trabalho? O pároco, que nos domingos deve celebrar missa ao meio dia, nesses dias de festas a poderá celebrar antemanhã; o povo se ajuntaria ao romper do dia, louvaria a Deus e aos seus santos com o nascer da aurora, com o canto dos pássaros, com a alegria da natureza e, ao sair do sol, correriam para os seus trabalhos, sem os quais as horas se passam vagarosas, a vida fastidiosa e pensativa e sem os quais nem há riquezas nem, enfim, saúde.

Terceiro
Opondo-se às derribadas dos matos nos arredores do povoado

Parece que já é tempo de se atentar nestas preciosas matas, nestas amenas selvas que o cultivador do Brasil, com o machado em uma mão e com o tição na outra, ameaça-as de um total incêndio e desolação. Uma agricultura bárbara e, ao mesmo tempo, muito mais dispendiosa tem sido a causa deste geral abrasamento. O agricultor olha ao redor de si para duas ou mais léguas de matas como para um nada e, ainda a não as têm bem reduzidas a cinzas, já estende ao longe a vista para levar a destruição a outras partes; não conserva apego nem amor ao território que cultiva, pois conhece muito bem que ele talvez não chegará a seus filhos; a terra da sua parte não se ri para ele, nem o gracioso ondear das louras espigas lhe alegra a vista; um áspero campo, coberto de tocos e espinhos, compõe os seus amenos ferregiais; a cultura se estende somente a três ou quatro gêneros de sementeiras,[35] a lenha principia já a faltar nos lugares mais povoados[36] e a madeira de construção se vai buscar já muito ao longe.

[35] [N.A.] Milho, feijão, arroz e mandioca.

[36] [N.A.] Em Tejuco, o preço da lenha anda já igual como em Lisboa e a madeira de construção vem de 10 e 12 léguas.

Eis aqui, por uma parte, as perniciosas conseqüências que traz[em] consigo este mau método de cultivar a terra e, por outra, pelo que respeita ao objeto de que vou tratando, esta falta de madeira virá a fazer-se também muito sensível e parte não de menores danos, quando o Estado um dia se resolver a aproveitar-se destas riquezas que lhe oferece o país. Uma fundição consome muita madeira de construção nos seus edifícios e, o que é ainda mais imenso, carvão e lenha. Observei em muitos lugares, riquíssimos veios e camadas de excelente ferro, que jamais virão a ser úteis pela distância da lenha. Parece-me que seria conveniente vedar-se a todos os cultivadores do Brasil, que habitam longe de povoados, o derrubar e incendiar mais da metade dos seus matos e, aos que habitam junto aos mesmos povoados, que se lhes deveria intimar uma total proibição de procederem mais por diante com as derrubadas de matos virgens, que nestes lugares já são muito raros: então eles se veriam constrangidos, pouco a pouco, a lavrar e a estrumar as terras e o restante dos matos se conservaria em utilidade sua, de seus próprios filhos e do Estado. As propriedades então ficariam mais permanentes, a povoação fixa e não errante, a agricultura tomaria uma melhor face e se promoveria, enfim, para que esta falta de lenhas e madeiras não venha a ser mais funesta para o futuro à criação das nossas fundições e também ao público.

Terceira Parte
Do comércio e exportação dos metais, estabelecendo canais e boas estradas de terra. Interesses régios.

Parece-me que já vejo um novo horizonte, um novo céu: milhares de fornalhas cobrem as planícies, que levantam espessos rolos de fumo às nuvens; os montes já são minados[37] e, por uma boca estreita, vomitam as suas ricas entranhas; o estrondo de mil máquinas fere os meus ouvidos; um povo laborioso, contente e alegre cobre em bandos a superfície da terra; os ricos metais, à maneira de um rio caudaloso que cada vez se engrossa mais, vão demandando já, como um mar, o tesouro do Estado. Mas que nova e triste perspectiva se apresenta agora à minha vista! As fornalhas se extinguem, as bocas das minas se entulham, o povo vai, como atônito, desaparecendo! Gênios tutelares, gênios conservado-

[37] No sentido de minerados.

res dos povos, gênios que presidiz à sua mantença, às suas leis e ao seu comércio, vinde em nossa ajuda. É certo que as nossas fundições tarde ou cedo perecerão, principalmente as dos metais vulgares, se não entendermos na cômoda exportação deles. O país não pode, nem deve consumi-los todos; o Estado necessita de ferro, ou para instrumentos bélicos, ou para a marinha, como também de cobre e, além disso, convém que estas mesmas fundições supram a todo o Reino. Como se conduzirão estes metais até o 1º porto do mar, de sorte que as despesas do carreto não aumentem muito sobre o principal? Isto é um impossível, seguindo nossos caminhos e estradas até agora praticados e os nossos metais chegarão aí sempre mais caros do que o do estrangeiro. A Bahia nos fica muito longe ao norte e o Rio de Janeiro muito ao sul. Que faremos, pois?

Canais

Três grandes rios nos rodeiam e nos convidam a nos carregar sobre suas largas costas ao mar. O rio Doce, que vasa cheias águas a 19º; porém, que muito antes de aí chegar, se esgalha em 2 ramos e, com eles, como com 2 braços, quer abranger quase toda a Capitania; por um destes braços, que é o do sul, ficam navegáveis os gêneros de toda a Comarca de Vila Rica e parte da de Sabará e, pelo braço do norte, os do Serro. O Jequitinhonha, vizinho a este e que tem a sua foz a 18º com o nome de rio das Caravelas,[38] seguindo-se pela sua madre acima, que demanda muito para o norte, vai lavar a extrema da Comarca do Serro do Frio e da Capitania e daí formando um cotovelo e, como arrepiando caminho, vem direto procurando o sul até as suas fontes, que as tem também na mesma altura de 18º junto ao Tejuco. Este canal pode animar o comércio das partes de Minas Novas, Rio Pardo, Itacambira e ainda chegar muito mais avante para as bandas do mesmo Tejuco. Estes dois rios formarão os canais de leste da Capitania. O rio de São Francisco, qual outro fértil Nilo, muito conhecido e assaz célebre, entranha-se mais pelas terras adentro da Capitania, corre pelo subpé da mesma serra pela parte do poente e é navegável por diferentes ramos quase por toda a Comarca do Sabará, podendo também participar desta navegação o Serro

[38] No texto do IHGB está escrito por cima a palavra "Grande". É uma correção posterior, pois na sua Memória de 1801, ele diz que tal afirmação feita no presente texto não era verdadeira. E acrescenta que o verdadeiro nome que o Rio Doce tomava na sua foz era Rio Grande.

do Frio, seguindo o rio das Velhas e Paraúna. Estes três rios um dia valerão para o Estado três grandes tesouros; por meio deles toda a Capitania de Minas Gerais pode manter uma viva comunicação com os portos marítimos; por cima de suas veias lastradas de barcos descerão os nossos metais, os nossos gêneros raros e esquisitos que a costa não produz e, por eles, subirão em troco as fazendas das manufaturas da Europa; a consumição se aumentará à proporção da abundância; tudo tomará um novo vigor; cultivadores, mineiros, fabricantes de Portugal e as alfândegas e portos secos encherão os cofres do Estado: que tamanhos bens, que novas fontes de riquezas! *E hoje, estes rios só servem de bebedouros* a monstros feios e dispersos bandos de bárbara gente que habitam suas sombrias margens.

Estradas e conduções por terra

Bem se deixa ver que não bastarão somente estes canais para, por via deles, se sustentar toda a nossa comunicação com o mar, mas antes, que deveríamos também construir caminhos por terra, tanto para nos dirigir logo por eles em direitura ao mesmo mar, como para evitarmos, seguindo nós os mesmos canais, as cachoeiras e empedrados impraticáveis à navegação, que é natural haver em muitas paragens e, por isso, direi também alguma coisa sobre estes caminhos e o melhor método de fazer estas conduções de terra. Os caminhos por que seguimos no Brasil, sem excetuar até a grande e freqüentada estrada do Rio de Janeiro, são feitos com a maior negligência possível ou, para melhor dizer, não se tem empregado neles outro artifício que o de roçar o mato e de desviar algumas pedras e, de longe em longe, fazer alguma pequena cava. Grandes e supérfluos rodeios se observam neles a cada passo: leva-se às vezes todo um dia a andar para se vencer 3 ou 4 léguas em direitura do rumo: quanto isto não deve trazer de prejuízo ao público? Além disso, estes maus caminhos são poucos para que se não possa usar das carretas, tão úteis ao comércio e que tanto se avantajam ao transporte feito em costas de animais. Não há certamente serviço tão útil e despesa tão bem empregada como a que se faz com as estradas: a facilidade dos transportes anima muito o comércio, amiúda as correspondências, aproxima as distâncias e tudo isto redunda em grandes utilidades ao Estado. Estas coisas são hoje bem conhecidas e praticadas com sumo desvelo por todas as nações

polidas; porquanto pondo esta de mão, passo agora a dizer somente duas palavras sobre os animais mais próprios para estes transportes.

No princípio das Minas, eram estes praticados em cavalos, dos quais abunda o país, mas ao depois os homens se foram desgostando deles e substituíram em seus lugares as bestas muares. Hoje está neste pé e elas nos vêm quase todas dos castelhanos,[39] [a]inda que a terra também as produz[a] e já alguns criadores há que principiam a multiplicá-las. Porém, caminhos tão prolongados e sertões tão vastos necessitam ser auxiliados também com mais outros animais. O camelo, este animal tão útil, este bom e verdadeiro escravo do homem, que a sua carga ordinária é de 8 quintais,[40] a sua marcha, estando carregado, é de 10 ou 12 léguas e que viajando escuteiro e com pressa pode bem perfazer 40, este animal tão sóbrio no seu sustento, tão sofredor da sede e por isso tão próprio para varar os nossos imensos sertões; este animal, que faz toda a riqueza e felicidade do árabe, seria também para nós um dom do céu se este nosso clima lhe fosse favorável à sua produção! E quem sabe se assim pode suceder? Conheço que dois grandes filósofos, um naturalista e outro político,[41] atestam que, por várias vezes, se tem tentado naturalizar estes animais na América, porém, inutilmente, e quem sabe com que negligências seriam feitas essas experiências? O que se perde em as repetir neste nosso clima tão variado de Minas? Quanto se pode ganhar se houver um feliz sucesso? Outro avantajado animal há que o mesmo Raynal, com muito razão, aconselha o seu transporte para a América e ninguém o pode melhor fazer do que nós, os portugueses. Este é o búfalo de que abundam os reinos de Guiné e Congo;[42] assemelha-se muito ao boi, é doméstico como ele, porém, muito maior e mais grosso, ainda que mais curto, é muito mais próprio do que ele para o trabalho e principalmente para o uso das carretas, pois, empregando no tirá-las todo o peso do seu corpo, um só singel[sic] destes animais equivale a 4 fortes cavalos. Acrescenta o não haver dúvida sobre a sua

[39] [N.A.] Vêm do continente do Rio Grande, onde se as criam com abundância e não dos castelhanos. [Obs.: No original, esta nota está acrescentada ao lado da página e não no rodapé. O autor utilizou asterisco e não número como nas demais. Tudo indica que é um acréscimo posterior. Só existe nas 2 cópias completas encontradas na Biblioteca Nacional e não na cópia do IHGB.]

[40] [N.A.] BUFFON, 8 ed. t. 22, p. 205.

[41] [N.A.] BUFFON E RAYNAL.

[42] [N.A.] BUFFON, t. 23, p. 136.

multiplicação nestes países, porquanto muito tempo há que eles se acham naturalizados em outras mais partes fora do seu clima, como na Itália, na Grécia e em muitos lugares mais da Europa.

Resta-me falar ainda de um pequeno animal em comparação dos que temos falado até agora, que possuimos nos nossos matos e este é a anta.[43] Até hoje não nos tem servido senão para os nossos divertimentos da caça, porém, um tempo virá que uma geração mais industriosa e esperta saberá tirar dele partido à sua escravidão. Este animal tem muito maiores forças do que uma besta muar; só sim tem o defeito de ser muito mais baixo, porquanto os maiores podem ter até 4 palmos de alto; são muito grossos à proporção da altura, as mãos e os pés também muito grossos e nervosos, a pele tem quase um dedo de grossura, é violento na carreira, muito próprio para trepar e segurar-se nas serras, tendo as patas divididas em dedos e o que não é pouco, dotado de uma natureza muito flexível. Esta[s] lembrança[s] que faço não são, todavia, minudências de gabinete, nem quimeras, quando vemos as nações industriosas do norte jungirem os débeis cães a maneiros carrinhos e conduzirem, com velocidade e presteza, às cidades o leite e outros carregos também leves: quantas maiores vantagens não poderemos nós tirar destes nossos animais?

Interesses Régios

Todas as vezes que, pelo discurso desta memória, tenho falado sobre o modo de restabelecer a nossa mineração, criar as fundições dos metais e, por conseguinte, animar as classes dos plantadores, estabelecer o comércio no interior destes sertões e, enfim, dar a toda esta Capitania um novo ser, uma nova alma, tudo isto é o verdadeiro e o mais acertado meio de aumentar os interesses régios. O povo é a fonte e o princípio das riquezas do Estado; um povo bem dirigido, um povo laborioso, comerciante e inteligente, é rico. O erário da nação será também rico e, ao contrário, é um ente que não existe na natureza: um erário rico e uma nação pobre. Agora só me resta falar de outro gênero de interesses régios, que é o que recebem os soberanos do produto das minas que se extraem dos seus Estados. Em Alemanha há o décimo dos metais e não há coisa

[43] [N.A.] BUFFON, t. 23, p. 271.

mais bem estabelecida do que o arrecadamento destes direitos no eleitorado de Saxônia. Uma grande parte do povo é mineira, esta não se ocupa senão em extrair os metais da terra que os conduzem às fundições, as quais todas são do Príncipe. Ensaiam-se aí essas minas com toda a exatidão e verdade para se ver o que elas contêm de metal e o valor deste pagam logo ao mineiro, descontando o décimo. Desta maneira, a mineração existe neste país sempre animada e em um bom pé e não há o menor engano ou dúvidas na contribuição dos direitos régios. Mas isto é só praticável neste país, onde as minas se acham todas quase juntas, em um pequeno espaço de terreno. No Brasil, onde elas podem ficar em distância de cem e mais léguas desviadas umas das outras, fica oneroso multiplicar o Estado tantas fábricas de fundições e que pela maior parte estarão agora no princípio das coisas, sem ter que fazer a maior parte do ano; o melhor sempre será talvez, nos começos, desonerar S. Maj^e os povos deste direito para que eles, com esperança de maior grangearia, se afoitem a extrair estes novos metais e até será conveniente animá-los com algumas isenções e privilégios; estabelecidas ao depois estas fábricas e postas de uma vez de assento, arraigado o gosto deste gênero de mineração será, então, muito fácil achar-se um verdadeiro meio de arrecadar estes mesmos direitos.

Apêndice
Diamantes. Nitro Natural

O diamante é comum em muitas partes do Brasil; ouço dizer que até em outras Capitanias, fora esta, os há. Porém, o lugar que se tem feito mais célebre por eles é o Serro do Frio; por toda a parte os há nesta Comarca e agora de próximo também se tem descoberto na Comarca do Sabará em vários rios e córregos que vertem para o de São Francisco, como o Abaeté e outros. Esta pedra é toda cristalizada na superfície da terra e nunca em veeiros, que se entranhem pelos montes. Jamais se lhe achou base ou crosta, que lhe servisse de assento como matriz para a mesma cristalização e a forma das mesmas pedras em pião, pontudas por uma e outra parte, triangulares, arredondadas e por todas as partes faceadas e lisas; tudo isto é prova que a sua cristalização é dispersa, solitária e não continuada. Por esta razão é que, criando-se esta pedra na superfície da terra e não se achando presa em uma base ou veeiro, nem entra-

nhada pelos montes, o tempo, os aluviões das águas, as revoluções da terra, estes grandes agentes da natureza os têm conduzido já quase todos aos rios, às suas baixas e leitos antigos. Estes são os lugares mais ordinários em que se acham os diamantes; nesta terra também os temos visto (ainda que sempre mais raras vezes), nos picos das serras e em algumas planícies elevadas e muito retiradas dos rios e que nunca foram seus leitos, nestas paragens se pode dizer que eles estão ainda no lugar natural das suas cristalizações e, por isso, sempre à flor da terra. A sua mineração é própria como a que se faz para o ouro nos rios. Esta é hoje feita à custa da Real Fazenda e se acha da mesma maneira tão atrasada e imperfeita como as mais minerações dos rios de que já fiz menção, pois que ela é governada por gente que tem os mesmos e iguais conhecimentos.

Parece que até agora, o mesmo Ministério tem estado no erro de que a *mineração não é uma ciência* e que *estes nossos mineiros são suficientes para* bem [a] exercerem. Pois sendo esta mineração dos diamantes uma mineração régia e podendo ser dirigida por homens inteligentes nestas coisas, servir como *de uma escola onde se formassem bons mineiros, ao menos de rios* e, *ao mesmo* tempo, perceber S. Maj^e maiores interesses dela, não tem sucedido assim. Três homens chamados Ca[i]xas, tirados da classe dos mesmos mineiros, estão cegos como eles, são os diretores e administradores deste grande e dispendioso corpo de mineração. Dois ministros, um que é o Intendente dos Diamantes e outro Fiscal dos mesmos, pertencem para esta Administração e fazem um corpo juntamente com os Ca[i]xas a que lhe chamam Junta da Administração Geral dos Diamantes.[44] Os ditos ministros, ainda mais cegos do que os próprios Ca[i]xas, pelo que respeita a mineração, e os desprezando por causa da grosseria e estupidez dos mesmos, os dominam, tomam sobre si todo o peso desta Administração, despoticamente e sem conselho, a fatura de dispendiosos serviços, supérfluas tiradas de águas e outras semelhantes coisas de que não conservam idéia.[45]

[44] Com o monopólio régio foi criada a Administração Diamantina com sede no Tejuco, com corpo próprio de funcionários. A alta hierarquia desta administração contava com um Intendente, três Caixas e um Fiscal responsáveis pelas diretrizes gerais da Real Extração.

[45] [N.A.] Porque as rodas destes mineiros são sempre constantemente de um mesmo diâmetro, que anda por 20 até 22 palmos, segue-se que sempre há precisão de uma mesma quantidade de água para as mover, ignoram, portanto, estes tais mineiros o preceito de proporcionarem o diâmetro da sua roda à quantidade de água que têm à mão e sendo esta pouca, vão buscar ao longe outra, às vezes importante em mil cruzados, despesa que, com poucos mil réis se evitaria, aumentado o diâmetro da roda e servindo-se daquela mesma pouca água que lhe fica ao pé. Estas desordens se observam todos os dias neste corpo de mineração.

Em lugar de boas disposições respectivas à mineração, mil ridículas e insignificantes ordens se expedem a cada passo, tudo afetações de sabença, juízos atilados e zelo, tudo formulários à custa sempre do essencial, tudo enfim ordens mais depressa tendentes para embaraçar e tolher, do que para pôr em movimento e expedição esta grande máquina. Que utilidades poderá resultar de uma tal administração?

Deve-se notar mais nesta mineração o mau método nas lavagens e colheitas dos diamantes. Os nossos mineiros, no princípio, inventaram as lavagens dos *diamantes propriamente como as do ouro que eram as que unicamente* conheciam e onde eles começaram a apanhar os primeiros diamantes e assim foram estas coisas até agora. De que diferente natureza é o ouro e o diamante! E como pode ser que um mesmo método de lavar se acomode a uma e outra coisa. O ouro é lançado juntamente com a terra em um lavador, a que chamam bolinete, quando ele é maior; a canoa, quando é menor;[*] uma porção de água corre continuamente sobre a terra e um escravo a mexe com um instrumento que chamam almocafre; nesta ação, a terra se faz como fluida e o ouro, que tem uma gravidade específica, muito maior do que a mesma terra e areias com que se acham misturadas, se precipita e se assenta no fundo do lavador, donde ao depois o recolhem. Porém, os diamantes maneados do mesmo modo e que a sua gravidade específica não é maior, ou muito pouco difere dos mais corpos com que se acham confundidos, que razão há para que eles se depositem no lavador em que se mexe a terra com a água e não fujam por ela abaixo? Aquele que observa estes mesmos lavadores, vê que na ação de se mover e manear o cascalho neles correm a cada passo pedras que poderão ter mais de meia libra de peso e como não correrão os diamantes de meio grão? As lavagens e colheitas destas mesmas pedras, como se fazem nos reinos de Golconda e Vizapur, me parecem muito mais entendidas. Este método se acha bem descrito em uma relação sobre as minas de diamantes destes mesmos reinos, que foi apresentada à Sociedade Real de Londres pelo grande Marechal de Inglaterra, testemunha ocular de todas estas coisas[47] e penso que este mesmo método será também aplicável com vantagens neste país. As terras diamantinas nestes mesmos reinos são também do

[*] No original: [mais pequeno].

[47] [N.A.] *Transactions philosophiques*, anne. 1687.

patrimônio régio: aqueles que desejam minerá-las se apresentam a um Governador das minas que pactua com eles as condições e o preço, a terra se lhes mede na paragem requerida depois do ajuste concluído, que sempre é de pagar um tanto à Fazenda Real e entregar ao Governador todos os diamantes que aparecerem de 36 grãos para cima inclusive e os daí para baixo lhe[s] são livres e os poderão vender a quem bem lhes parecer.[48] Este método não seria também aplicável no Brasil?

Parece-me que lhe acho suas vantagens 1º por este método as terras se mineram com uma utilidade sempre certa da Fazenda Real; 2º a mineração não é entregue a um só, porém, a quantos mineiros aparecem e desta maneira se evita o odioso privilégio, exclusivo dado só a um com aperreação dos mais; 3º os diamantes maiores iriam com facilidade todos, ou quase todos, por uma via natural e não forçada às mãos de S. Maj^{e}, pois recebendo-os ela em pagamento da quantia pactuada com os mineiros, não lhe fica incômodo pagá-los por um mais alto preço, a que não poderá chegar qualquer negociante e ao mineiro fará suma conta entregá-los, pois que com eles paga uma grande parte da sua dívida; 4º a terra, que pretende lavrar, se lhe mede aonde ele a pede, lavre embora em um ano, ou mais, ou lavre com vinte ou cem escravos, desta maneira se evita o engano dos Contra[ta]dores[49] antigos que, arrematando o privilégio exclusivo de tirarem diamantes a um tanto por cabeça de cada escravo, em lugar por exemplo de seiscentos, que era o número concertado, empregavam seis e oito mil; 5º tem também este método a vantagem de embridar os mineiros, para que nem todos se lancem ao mesmo tempo a esta mineração, com prejuízo da dos montes que é mais própria para o ouro; 6º este mesmo freio se estende aos mais mineiros, habitantes das outras Comarcas, para que não as despovoem concorrendo todos para o Serro, onde todavia sempre este gênero de pedras é com mais frequência.

Resta-me agora fazer também lembrança do Regimento Diamantino,[50] que

[48] [N.A.] *Transactions philosophiques*, anne. 1687.

[49] Entre 1739 e 1771, a exploração do diamante na Demarcação foi feita por meio da arrematação de contratos em leilão. Concedia-se o monopólio a um único contratante ou consórcio de arrematantes, que compravam da Coroa o direito de extração do diamante em todo o território demarcado, ficando a Coroa com o monopólio do comércio das pedras.

[50] Regimento Diamantino foi um corpo de leis, editado em 1771, quando da adoção do monopólio régio. Era uma compilação de leis, a maioria já existentes, que vigoraria na Demarcação e relativa a todos os casos que envolviam diamantes do resto da Colônia. Ficou conhecido como o *Livro da Capa Verde*, pois o exemplar enviado ao Tejuco era encadernado em marroquim verde.

é um acréscimo de leis particulares, pelas quais é governado o povo desta Demarcação e ainda de toda a Comarca. Jamais lançaria eu os olhos de reflexão e crítica sobre as Leis Soberanas, se me não vira obrigado a falar sobre os mesmos soberanos interesses e este zelo, que me tem guiado até aqui e como cansado o espírito para discorrer e nada me escapar dos mesmos soberanos interesses, este mesmo zelo e, além disso, o Régio Mandamento me determina agora a falar também acerca destas mesmas leis.

Tendo sido o antigo Ministério[51] mal informado sobre as coisas tendentes a diamantes desta Comarca por homens, uns que, tendo experiência do país eram incapazes todavia para darem judiciosas informações sobre as quais deve-se formar uma perfeita lei; outros que, pretendendo os primeiros lugares desta Administração, deram estas mesmas informações tendo mais em olho os seus interesses particulares, do que os do Príncipe e do público; destas incongruentes e mal entendidas informações, pois, resultou o Regimento Diamantino, uma lei toda oposta aos interesses do mesmo Príncipe, toda bem organizada ao contrário para fazer a utilidade de uns poucos, lisonjear-lhes as suas vaidades e manter ao mesmo tempo a opressão e perseguição de um povo inteiro. Tal é, em suma, este mesmo Regimento, do qual, deixando eu o mais, só tocarei em dois pontos principais.

A proibição total de todas, ou quase todas as lavras de ouro dentro da Demarcação Diamantina redunda em grande prejuízo dos quintos e do povo. Não há coisa mais fácil do que lançar-se uma linha de divisão entre o território régio e o que deve ser entregue ao público. Os diamantes se acham pela maior parte nos rios e entre estes há ainda muitos que os não têm de maneira que faça conta, o que também é fácil de se saber: sejam estes rios diamantinos defesos. Achamse também nas serras e naquelas que são escalvadas, compostas pela maior parte de pura penedia e cobertas de uma camada de quartazo e areia; proibamse estas, pouco prejuízo causará isto à mineração do ouro, pois pela maior parte estas terras, ou estes penedos são privados de veeiros metálicos. Algumas chapadas, algumas planícies há (o que é raro) que também os têm; elas se deixam também conhecer pela mesma camada de um quartzo bem fechado e quase

[51] Ministério de Martinho de Mello e Castro, o Marquês de Pombal. Foi Ministro dos Negócios durante o reinado de José I, entre 1750 e 1777, responsável por toda a política ultramarina. Instituiu a Real Extração dentro da sua política de reforço dos monopólios.

cristalino e pela esterilidade suma e escalvamento das campinas: assinalem-se também estas.

Fora destes três lugares, tudo o mais se deve entregar ao povo. Nunca se viram diamantes em barrocais cobertos de camada de pissarra misturada de um pedregulho, ou quartzo sujo e opaco e sem ser como meio cristalizado; nunca se viram em veeiros e por que razão se hão de vedar estes ao povo e à Real Fazenda? Aqueles que deram as informações ao Ministério sobre isto, entre outras razões que propuseram (e algumas até indignas de ocuparem a seriedade e gravidade do mesmo), a mais plausível é que *os desmontes corriam para os rios* diamantinos e os entulhavam.[52] Esta razão, todavia, não é tão prejudicial como a faziam, pois se o monte está retirado, ainda que seja um quarto de légua de um rio diamantino, a terra mais pesada se assenta pelas suas faldas e ao rio chega coisa muito pouco considerável e se ele se acha mais perto ainda, o entulho, que se acumula no rio no tempo da seca, nas águas é levado por elas e não pode parar senão em poços, que hoje já estão todos cheios e entulhados pela mesma mineração diamantina, tanto antiga do tempo dos Contratadores, como pela presente. O fim destes homens interessados, que deram tais informações, era prender deste modo mais as mãos ao povo e fazê-lo mais seu dependente como fizeram; era ter em si mais o poder de vedar, a quem bem lhes parecesse, a faculda-*de de pisar este chão, de colher dele o seu alimento e até de respirar o seu ar.*

O outro ponto, que não é menos prejudicial às utilidades reais e que é o flagelo mais cruel deste povo, é o poder que tem o Intendente dos Diamantes de infligir a pena de morte civil a qualquer indivíduo dele, sem processo de justiça, sem apelação, agravo ou recurso algum.[53] Uma tal lei, se fosse feita para ser executada em algum tribunal erigido junto às paredes dos Paços Reais, eu receara que houvesse um Juiz temerário, que em uma má hora se atrevesse a abusar desta jurisdição; porém, longe do respeito que influi a proximidade do Trono, na Intendência do Tejuco, entre a qual e o mesmo Trono entremedeam tantas terras e tantos mares, tanta jurisdição posta nas mãos de indivíduos, muitas

[52] O texto do IHGB é acompanhado de uma nota indicando o Artigo 25 do Regimento Diamantino. Este artigo suspende a concessão de lavras auríferas em uma série de lugares dadas no governo de Gomes Freire de Andrade (1732-1735) e condiciona as novas concessões ao exame do Intendente

[53] O texto do IHGB é acompanhado de uma nota indicando o Artigo 15 do Regimento Diamantino. Este artigo concede ao Intendente e à Junta o direito de despejo (expulsão) do Distrito sem apelo, agravo ou dúvida

vezes incógnitos e que sem merecimento se arrastaram até o pé do Trono apoiados em valimentos, que se pode esperar daqui?

A terra se despovoa, o comércio se estanca, uns não se atrevem a fazer girar o seu cabedal, porque não sabem a hora em que se verão perdidos, ou eles próprios, ou os que lhes compraram as fazendas. Os comerciantes do Rio de Janeiro, que fiam as suas fazendas às mãos cheias para qualquer das outras Comarcas, recusam ouvir até o nome do Serro do Frio: o escasso povo que resta descontente e, como estúpido, se defin[h]a e a nada se abalança enquanto mede com os olhos o lugar para onde se retire. Enfim, o despotismo feio, magro e escarnado mostrou a sua hedionda cara entre este povo e o retrato de um pequeno bairro de Constantinopla é o que hoje oferece o Tejuco, espectro do antigo Tejuco, em outro tempo a povoação mais linda de Minas.

Não quero dizer, todavia, que esta lei seja despótica, longe de mim tal blasfêmia, sei o contrário e também o sabe qualquer deste povo: do abuso dela, da profanação da lei é que nos lamentamos, fulmine ela embora sobre a cabeça do contrabandista; porém, seja com todo o sagrado aparato de justiça; venham a nosso socorro as santas providências das Leis Portuguesas e não padeça o honrado e útil vassalo somente porque não caiu no agrado do Intendente dos Diamantes.

Repousem em serena paz, no seu quieto jazigo, as cinzas do grande Príncipe,[54] do pai das artes e das ciências, que levou consigo as nossas saudades e que firmou e deu valia a uma tal Lei: não lhe revolvam hoje, as suas pias entranhas, as lágrimas dos inocentes e oprimidos, o desamparo dos órfãos e das viúvas e a fome dos perseguidos: sua alma pura e incapaz de entrar nos refolhos da malícia, seu coração tão grande e generoso, como o de um Rei, pensava que assim seriam puros e incapazes de crimes os seus Ministros e nisto só se enganou!

Nitro Natural

É coisa muito vulgar ver-se neste país, naturalmente, o nitro: este se acha nas cavernas, nas lapas e nos lugares sombrios e muitas vezes em grossos cristais e como já purificados. Este nitro, porém, bem observado não é um nitro que

[54] Dom José I.

a terra produza das suas entranhas e em grandes quantidades, mas sim é todo superficial e, rapada a crosta da terra ou lapa, nada mais fica e é preciso esperar meses para se colher outra nova camada. As lapas que vi formavam naturalmente como uma nitreira artificial e eram, pela maior parte, quase todas baixas e sombrias; as terras circunvizinhas formavam quase sempre um decliv[e] sobre elas, o que era causa para que, no tempo das águas, estas, acarretando consigo as plantas secas e mais podres, os estrumes dos animais silvestres e outras matérias próprias para nelas se formar o nitro e depondo tudo isto sobre as mesmas lapas e filtrando-se ao depois, pouco a pouco, pelas suas veias e fendas; venha por esta maneira a formar-se no tempo da seca por evaporação o nitro, que se mostra após pegado às ditas lapas pela parte de dentro. O pavimento, ou terra, que serve de chão a estas tais lapas, também se acha ensopado do mesmo nitro, que por ele se derrama, porém, tudo superficialmente como fica dito.

Todos estes nitros, todavia, não pagarão talvez a despesa que será preciso fazer-se para a sua coleta, porquanto, depois de tirada a primeira camada, será indispensável estar ocioso e esperar que se forme a segunda; será preciso espalhar a gente por lugares distantes, a colher aqui e ali por onde se encontrar o tal — 90 nitro e a mesma quantidade que se colhe, em as mais das paragens, não é com muita abundância. O que eu infiro desta facilidade que há em se formar este sal nestes países, é que as nossas fábricas ou nitreiras artificiais terão todo o bom sucesso, o que não é pequena vantagem.

Eis aqui, Senhora, o resultado dos meus trabalhos e das minhas observações mineralógicas. No curto espaço de um ano, que empreguei neste trabalho e no meio deste continente tão vasto, onde tantas coisas se oferecem juntas ao observador, não tive mais tempo do que lançar os olhos em redor de mim; mil coisas restam ainda que ver e observar. Eis aqui as observações feitas sobre o que podem dar de si estes metais; nada exagerei e porventura passaram um dia estes lucros ainda muito avante das minhas promessas?

Lançai, Senhora, os olhos sobre a mais rica e a mais formosa porção das vossas possessões; uma terra extremamente fértil na sua superfície, cheia de variadas produções e vária em climas, rica nas suas entranhas e prenhe de todos os metais; tal é o Brasil que se honra de vos ter por Senhora e que bem merece os vossos paternais cuidados.

FIM

Não rodeem só o vosso augusto trono os valentes gênios dos Nunos Álvares Pereiras, dos Castros e dos Albuquerques: as mansas, alegres e pacíficas artes o cerquem também e batendo as suas matizadas asas e se cerrando em pinha umas contra as outras formem em torno de vós uma variada e densa nuvem, que sirva de um novo lustre e de um novo ornato ao vosso sólio. A sublime ciência do régio Henrique, outra vez revendo as praias lusitanas, chamada e conduzida por vosso augusto Pai, leve segunda vez sobre incógnitas águas os afoitos argonautas, gema segunda vez o mar irado, ferva e escume de raiva em roda da descostumada quilha e, pasmado, fite sobre as desenroladas quinas os carrancudos olhos; novas estrelas se descubram no imenso espaço que, condecorados com o vosso nome, levam à mais retirada posteridade a memória de protetora das artes e das ciências. A botânica, a irmã da medicina, a mãe da agricultura, enrame de peregrinas flores e de engraçados festões e horrida pinha de duros arneses, alfanjes e escudos de espedaçadas coroas e rôtas bandeiras sobre a qual se eleva e se firma o trono lusitano; soberbo troféu, que em outras eras, suspendendo e arrepiando as suas águas, admirou o ensanguentado Terges à sua esquerda riba. A química, a fecunda madre das artes, rodeada de seus gênios metalúrgicos, derrame dos degraus do trono torrentes de rico metal, com o qual o agradecido povo vos levante decorosa estátua e em roda dela engrinaldadas donzelas e meninos façam retinir os ares com festivais hinos em vossa honra. Bendigam-vos os povos, porque os ensinastes a agricultar as terras, a solapar os montes, a navegar os rios, porque lhes facilitastes o comércio e retirastes do meio deles o fantasma da nojosa pobreza. Subam as coisas portuguesas e se elevem ao nível das [maiores][55] potências da Europa; derrame o céu eterna prosperidade sobre Vós, sobre Vosso Augusto Filho, com feliz estrela já Regente nosso, sobre toda a Vossa Augusta Descendência e nela eternize o cetro lusitano. Tais são entre os meus raros votos o maior e os mais fervorosos deles, que do alto da minha velha montanha dirijo constantemente ao primeiro dos entes.[56]

[55] No original: "mais grandes".

[56] Apêndice que consta apenas no exemplar que se encontra no IHGB.

GLOSSÁRIO

Abas: margens

Acorda: atenta

Aeris: eril, cor de bronze

Agro: íngreme

Água Forte: esta expressão não existe mais. Atualmente, na mineralogia existe a expressão água régia, que significa solvente usado para dissolver o minério e assim retirar a parte que lhe interessa

Alanos: povo da Cítia, invasor da Península Ibérica

Alavancas: barra inflexível, fixa num ponto da sua extensão, chamado ponto de apoio e destinada a mover, elevar ou sustentar qualquer corpo

Alca[n]tiladas: despenhadeiro longo, precipício, escarpado, íngreme

Alfanjes: sabre de folha larga e curva

Almocafre: sacho terminado em ponta, usado nas minas.

Antemanhã: pouco antes do amanhecer

Arenosum: arenoso

Arneses: armadura completa de um homem de armas

Arrátel: antigo peso de 16 onças ou de 459,5 gr.; libra

Arroba: antigo peso de 32 arráteis ou de um quarto de quintal, igual a 14.688 Kg. (atualmente arredonda-se para 15 Kg.)

Atavio: adorno, enfeite, gala, compostura

Atilados: entendidos, espertos

Aurum: ouro

Azougue: o mesmo que mercúrio

Bateia: vaso de madeira em forma de alguidar, que serve para a lavagem de areias auríferas

Bolinete: vaso de madeira para lavagem de areias auríferas, bateia

Braças: antiga medida de extensão com termo médio de 2,2m

Bússola mineralógica: bússola comum, usada pelo geólogo

Cabeça: capital

Cabrestantes: espécie de sarrilho de eixo vertical. Na mineração, é usado para puxar o carrinho para fora da mina

Caerulescens: azulado

Caixão: caixa alongada e ligeiramente inclinada

Canoa: condutos abertos e inclinados

Canos de asas: túnel nascido no poço

Caparroza: nome vulgar de diversos sulfatos metálicos: de cobre (cor azul), de ferro (cor verde) e de zinco (cor branca). Do latim cuprirosa, do francês couperose

Capitais: veios maiores

Catadupa: queda de água: catarata; cachoeira

Chalibeatum: aço

Cometimento: empreendimento, empresa

Conglutinado: junto, aglutinado

Consumição: ato de consumir

Crápula: devassidão, desregramento

Cristalinum: cristalino

Cristalinus: cristalina

Cúmulo: arranjo estratificado

Cupris: cúprico, da cor do cobre

Eleitor da Saxônia: é um Príncipe

Embridar: pôr a brida, rédea

Empecer: estorvar, embaraçar, impedir

Escalvadas: sem vegetação

Esculeiro: o mesmo que escoteiro, que viaja à ligeira sem alforje, nem equipagens

Esgalhos: ramificação, divisão

Espato: carbonato de cálcio ultra transparente, calcita

Estrumar: deitar estrume em, adubar

Expiram: terminam, finalizam; extinguem-se, dissipam-se

Faldas: o mesmo que fraldas: as abas, a raiz, a parte baixa do monte

Ferida: fratura

Ferregias: campos de cereais: pastagem

Ferrum: ferro

Fragoso: difícil da transpor

Fráguas: o mesmo que fragas: rocha escarpada; penhasco, brenha, terreno escabroso

Freyberg: cidade da Alemanha

Galena: sulfeto de chumbo natural

Galerias: escavações horizontais

Ganga: agregados minerais sem valor que se associam aos minerais valiosos do minério

Grangearia: conquistaria, obteria com trabalho ou com esforço próprio

Granorum: granular

Grisea: cinzento

Guapiaras: o mesmo que gupiaras ou grupiaras: depósito de cascalho na encosta dos morros

Habitadores: os que habitam em algum lugar, habitantes

Haematiles: hematítico

Horrida: horrendo

Hyalinum: hialino, transparente

Intermedido: intermediário

Jungirem: prender, atar

Lacteum: leitoso

Lastradas: carregadas, cheias

Lastro: camada

Légua: medida de comprimento equivalente a 6,6 Km

Lessueste: contração de leste + sudeste

Libra: antiga medida de peso, também chamada arrátel, equivalente a 459,5 gr

Madre do rio: espaço entre as duas margens de um rio, álveo

Maneação: o mesmo que manejo, manuseio, execução com auxílio das mãos

Mantença: manutenção

Minas de ferro: minério de ferro

Minera difformi palide flave nitenta: minério sem forma, pálido, amarelo, brilhante

Mineralógicos: mineralogistas

Minudência: minúcia, coisa mínima, miudeza

Molybdoenum: molibdênio

Montanheiras: montado, terreno com árvores que dão bolota

Montes: cadeias de montanhas

Mot: palavra, em francês

Nativum: nativo

Nitreiras: lugar onde se forma o nitro; nitral: salitral

Nitro nativum: nitro nativo

Nitro: nitrato de potássio

Oblíquos: mergulhantes

Ochra: ocre

Oitava: no antigo sistema de pesos a oitava parte da onça ou 3,586 gr.; unidade monetária correspondente a 1.200 réis

Onças: medida equivalente a 28,688 gr., a décima-sexta parte do arrátel

Opacum: opaco

Padiolas: tabuleiro quadrado, com quatro braços, um em cada ponta que serve para transporte de fardos, de terra, de areia etc. e é conduzido por quatro homens

Particulis polihoedris semi-lúcida: de forma poliédrica e translúcida

Parvorosas: pavorosas

Patentearam: abriram

Pedra hume: sulfato de alumínio e potássio

Pedra (de uma só pedra): de uma só rocha

Penedias: aglomeração de penedos, rocha, fraguedo

Perpendiculares: verticais

Petrificados marinhos: fósseis ou sais marinhos

Picões: picaretas

Pissarra: argila aluvionar

Plumbum: chumbo

Poços: escavações verticais

Poja em roda: perímetro

Pyritis ferrea: pirita férrea

Pyritis: Pirita, composição e sulfato de ferro

Pyritis: pirita

Quartazo: quartzito

Quartoso - quartsozo: atributo daquilo que tem quartzo

Quartzo: óxido de silício, silicato

Quartzum: relativo a quartzo

Quintal: peso antigo equivalente a 58,756 Kg., aproximadamente 4 arrobas

Réaumur: cientista francês, René Antoine Ferchault de Réaumur (1683-1757). Dedicou-se às ciências naturais, realizando pesquisas sobre biologia, física e química técnica. Na área da química, desenvolveu pesquisas sobre as ligas ferrosas, sobre a ductilidade dos metais, a imantação do ferro, introduziu a aplicação do microscópio no estudo da constituição dos metais, relatou minuciosamente os rios auríferos, as minas de turquesa, as florestas e depósitos de fósseis da França

Refolhos: hipocrisia, dissimulação, fingimento

Rhombeum: losangular

Roda: roda d'água

Rodado: como seixo

Saxum: pedra

Scamosum: escamoso

Septentrião: norte

Spec.: espécie

Specularis: especular, variedade muito brilhante, espelhada da hematita

Subpé: sopé

Subterrar: soterrar

Sulphur ferro mineralizatum, forma cristalizata: forma cristalizada de ferro mineralizado em enxofre

Talho (a talho aberto): a céu aberto. A mina mais famosa deste tipo no Brasil é a de Gongo Soco, em M.G

Tesselare: em forma de chapinha

Tessulis minorib. micans.: em pequenas escamas micáceas

Tiradas: puxadas

Título: teor

Undulatum: ondeado

Valimentos: favores

Veio do rio: aluvião do rio

Vênulas: veios estreitos e curtos

Vergontas: o mesmo que vergôntea; vara tenra, ramo de árvore

Vitrescível: suscetível de ser reduzido ou transformado em vidro ou em matéria vítrea

Vitríolos: sulfatos

Vitriolum: vitríolo, nome vulgar de sulfato

Wal: nome próprio. Talvez se refira a um livro de mineralogia citado por ele na sua Memória de 1801: *Wallerius Mineralogie*. Ed. Paris. Vieira Couto o utiliza para classificar minérios

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Emanuel. Introdução. *In*: VILHENA, Luís dos Santos. *Pensamentos políticos sobre a colônia.* Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1987.

______________. Edição crítica. *In: A construção do livro.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, p.193-295.

BOSCHI, Caio. *Os leigos e o poder:* irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1986.

____________. *Fontes primárias para a história de Minas Gerais em Portugal.* Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais, 1979.

FALCON, Francisco J. *Despotismo esclarecido.* São Paulo: Ática, 1986. Série Princípios.

FURTADO, Júnia. *O livro da capa verde:* a vida no distrito diamantino no período da real extração. São Paulo: USP, 1991 (mimeo).

____________. Distrito diamantino - O avesso da memória. *In: Varia história.* Belo Horizonte: Departamento de História da UFMG, dez./93.

____________. *O outro lado da Inconfidência Mineira*: pacto colonial e elites locais. Belo Horizonte: 1992. Prêmio Assis Chateaubriand (mimeo).

LEITE, Paulo Gomes. Contestação e revolução na biblioteca de Vieira Couto. *Revista Minas Gerais.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, nº 27, jul./90.

_____________. Um iluminista holandês na biblioteca de Vieira Couto. *Revista Minas Gerais.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, nº 32, dez./90.

MACEDO, Joaquim Manoel de. *Anno biographico brazileiro.* Rio de Janeiro: Typografia e Lithografia do Imperial Instituto Artístico, 1876, v.3, p.371-372.

MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa*, a Inconfidência Mineira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MELLO E SOUZA, Laura de. *Os desclassificados do ouro* – A pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

MENEZES, Raimundo de. *Dicionário literário brasileiro.* Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial.* São Paulo: Hucitec, 1979.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo.* São Paulo: Brasiliense, 1979.

REVEL, Jacques. *A invenção da sociedade.* Lisboa: Difel, 1989.

SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do distrito diamantino*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.

_______________. *Publicação de documentos históricos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1985.

SOBRE A AUTORA

Júnia Ferreira Furtado é professora-assistente do Departamento de História da UFMG. É mestre em História Social, pela USP, tendo defendido a tese *O Livro da Capa Verde - a vida no Distrito Diamantino no período da Real Extração*. É doutoranda em História Social pela mesma Universidade, realizando pesquisa sobre a constituição do espaço público e privado nos primórdios da Capitania das Minas Gerais. Em 1992, foi vencedora do Prêmio Assis Chateaubriand, concedido pelos Diários Associados, quando da comemoração da Inconfidência Mineira, com a Monografia intitulada *Inconfidência Mineira - pacto colonial e elites locais*.

Este livro foi confeccionado no formato fechado 21 x 26 cm, com texto principal em tipo Fenice 11/16, papel westerprint 120 grs. Capa em supremo 250 grs. Fotolitos Policrom e impressão Editora Gráfica Formato. Tiragem de 1.000 exemplares.

BH - Primavera de 1994
CEHC/FJP